

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Bush quer fim de barreira para exportação</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008.....	4
<b>Argentina e Brasil, próximos e distantes</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/05/2008.....	4
<b>Oportunidades na cúpula de Lima</b> – Stefan Bogdan Salej – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/05/2008.....	6
<b>Acervo digital traz documentos da luta no campo</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008.....	7
<b>UE diz a Mercosul que prioridade é Doha</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008.....	9
<b>Subsídios podem ter sido omitidos, aponta estudo</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2008.....	10
<b>Brasil e EUA negociam Doha e etanol em Roma</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 12/05/2008.....	11
<b>Brasil cobra solução em Doha para tarifa americana</b> – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 13/05/2008.....	12
<b>Doha vale menos do que cobram, diz Amorim</b> - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/05/2008.....	13
<b>Reunião não obtém acordo sobre etanol</b> – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008.....	14

## Segunda Quinzena

<b>Lei agrícola mantém tarifa e eleva subsídios nos EUA</b> – Sergio Dávila - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2008.....	15
<b>China e Índia defendem, na OMC, subsídios à pesca</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/05/2008.....	16
<b>Textos para Doha devem sair hoje</b> – Valor Econômico – Brasil - 19/05/2008.....	17
<b>Textos para Doha incluem demandas brasileiras</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/05/2008.....	17
<b>Países já têm idéia do tamanho das cotas</b> – Valor Econômico – Brasil – 20/05/2008.....	19
<b>OMC chega a acordo sobre regionalização</b> - Assis Moreira e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008.....	19
<b>BRASIL DIZ QUE PROPOSTA PARA DOHA AINDA PRECISA MELHORAR</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008.....	20
<b>Agronegócio e indústria já aceitam "Doha light"</b> - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 21/05/2008.....	21
<b>Para Chiaradia, Mercosul está mais forte</b> - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 21/05/2008.....	22
<b>Itamaraty disfarça contentamento em nota oficial discreta</b> - Sergio Leo – Valor econômico – Brasil - 21/05/2008.....	23
<b>A nova geopolítica da energia</b> - Michael T. Klare - The Nation – Agencia Crta Maior – 22/05/2008.....	24
<b>Câmara derruba veto de Bush, mas terá de refazer a lei</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2008.....	33

<b>Amorim diz que críticas a etanol e biodiesel vêm de elite oligárquica</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 22/05/2008.....	34
<b>Senado dos EUA anula veto de Bush à Lei Agrícola</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2008.....	34
<b>O nascimento da Unasul e seus desafios</b> - Roberto Romero – Carta Maior – 24/05/2008	35
<b>Unasul deve agilizar integração dos países andinos ao Mercosul</b> – Cláudio Dantas Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 .....	39
<b>Falta de consenso impede a criação do Conselho de Defesa</b> – Claudio Dantas Sequeira, Fernanda Odilla e Gustavo Patu – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 .....	40
<b>Lula tenta conter tensão diplomática na região</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008.....	42
<b>Congressistas atacam decisão do Itamaraty</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008 .....	43
<b>Órgão já nasce burocratizado, afirma Correa</b> – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – 24/05/2008.....	43
<b>Nasce uma sigla</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 25/05/2008.....	45
<b>Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil</b> - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008 .....	46
<b>Negociações travadas</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 26/05/2008.....	48
<b>Comissária da UE afirma que falta equilíbrio em negociação agrícola</b> – O Globo – Economia – 26/05/2008.....	49
<b>EUA e UE atacam proteção para indústrias do Mercosul</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/05/2008.....	50
<b>Importação ameaça setores intensivos em tecnologia, aponta estudo do BNDES</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 26/05/2008 .....	51
<b>Política de boa vizinhança</b> – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2008.....	52
<b>Unasul é realização de sonho e vitória contra cétricos, diz Lula</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008 .....	53
<b>França diz que maioria da UE considera desequilibrada proposta para Rodada Doha</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/05/2008.....	53
<b>Formação de redes de economia solidária é uma das pautas de reunião do Mercosul</b> – Adriana Scorza -Sítio Eletrônico do MDS – 27/05/2008 .....	54
<b>A extemporânea Unasul já nasce com divisões</b> – Valor Econômico – Opinião – Editorial - 27/05/2008.....	55
<b>EUA CRITICAM EMERGENTES NA RODADA DOHA</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2008.....	56
<b>A hora e a vez dos ideólogos</b> – Demétrio Magnoli – O Globo – Opinião – 29/05/2008....	57
<b>País pode se tornar um dos líderes globais, diz Fiori</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 29/05/2008.....	58

**Bush quer fim de barreira para exportação** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pediu ontem que os países eliminem as barreiras para as exportações de produtos agrícolas e defendeu o cultivo de transgênicos. "Alguns países estão impedindo alimentos de chegarem aos mercados, e pedimos que eles dêem um fim a essas restrições para ajudar a diminuir o sofrimento daqueles que não estão conseguindo comida." Sobre os transgênicos, Bush afirmou que são seguros, resistentes a doenças e seca e podem produzir mais alimentos.

**Argentina e Brasil, próximos e distantes** – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/05/2008

A classificação do Brasil como país confiável para investimento, pela Standard & Poor's, marca as diferenças na gestão econômica do país com a vizinha Argentina, no momento em que começam avançar iniciativas de maior integração entre as duas economias. O diploma de bom comportamento para o Brasil contrasta com a heterodoxia na Argentina, onde as tentativas de controle da inflação de alimentos chegam a exageros como a retenção, nos portos, de carne já liberada para exportação. Curiosamente, há muito tempo os dois países não tratavam tão seriamente de medidas para derrubar barreiras entre os dois mercados.

Em curto prazo, até o Brasil é vítima da mão pesada do governo Cristina Kirchner sobre o setor privado. Os consumidores brasileiros de farináceos são obrigados a pagar mais por causa das barreiras impostas à exportação de trigo pela administração argentina. Alimentos, à parte, porém, em breve haverá anúncios importantes de medidas para facilitar o trânsito de mercadorias entre os dois países.

Uma discussão emperrada desde 2004 voltou a marchar e pode trazer novidades na próxima reunião de cúpula do Mercosul, em junho, em Tucumán, na Argentina. Os técnicos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai chegaram a um acordo para acabar com a chamada dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), um sinal de imperfeição da união aduaneira do Mercosul, que faz com que um importador tenha de pagar duas vezes a tarifa de importação, caso traga uma mercadoria estrangeira para um dos países e resolva transferi-la a outro integrante do bloco.

Se não houver retrocesso de última hora, estará pronto em 2009 um novo sistema de recolhimento e distribuição da receita de imposto de importação, que permitiria aos sócios do Mercosul deixar de cobrar tarifa ao receber importados que já tenham sido tributados na alfândega de algum dos vizinhos.

Pela proposta em detalhamento nos governos do Mercosul, parte da arrecadação do imposto de importação será destacada para uso comum. Uma parcela desses recursos será reunida em um fundo, destinado a financiar a integração produtiva, provavelmente com linhas de apoio a pequenas e médias empresas do bloco. Outra parcela será distribuída pelos sócios.

---

**UE pede fim da cobrança dupla da TEC**

---

Nessa distribuição, cada sócio levará, do total, um percentual proporcional ao volume de importações sujeitas no país à tarifa externa comum. O Brasil, por exemplo, que tem o equivalente a quase 40% de suas importações em regimes de exceção à TEC e é um dos países com maior índice de produtos sujeitos à tarifa comum, deve levar proporcionalmente uma fatia maior. Os técnicos calculam que a parcela que caberá ao Uruguai e Paraguai, países com listas de exceção à TEC com maior número de produtos, será suficiente para evitar perdas na arrecadação hoje obtida pelas alfândegas.

Nesta semana, os especialistas começam a fazer testes com dados reais da balança comercial dos quatro países, para verificar se não há risco de perda de receita. Até hoje, o Paraguai, que tira até 40% de sua receita orçamentária das tarifas de importação, resistia ao fim da dupla cobrança, alegando temer uma perda séria de recursos. Foi o último país a fornecer os dados sobre tributos nas alfândegas, para permitir avaliação do modelo de cobrança única da TEC.

A cúpula de Tucumán servirá também para anunciar os acertos finais para que o comércio entre Brasil e Argentina dispense o dólar como moeda de referência. Como noticiou Janes Rocha, no Valor, já estão prontos os sistemas para permitir que empresários comprem e vendam mercadorias entre os dois maiores sócios do Mercosul usando moeda local, reais ou pesos.

Faltam dois instrumentos legais e eles serão assinados pelos presidentes em Tucumán: o presidente Lula deverá assinar decreto autorizando o BC brasileiro a outorgar uma margem de crédito de contingência em favor do BC da Argentina, para cobrir eventuais desacertos cambiais, e Cristina Kirchner assinará decreto alterando a lei cambial para considerar, como divisas ingressadas no país, transações em pesos, proveniente de exportação.

O fim da cobrança dupla da TEC é reivindicação da União Européia nas negociações de um acordo de livre comércio com o Mercosul. O avanço das medidas supranacionais no comércio exterior no bloco, com essa iniciativa e com o fim do dólar como moeda de referência nas transações bilaterais colabora para facilitar a vida das empresas que decidem investir na região, voltadas para o mercado do Cone Sul.

Os riscos de instabilidade econômica na Argentina podem, porém, fazer com que os investidores prefiram, para sediar seus negócios, a relativa transparência e segurança do território brasileiro - algo que pode aumentar as queixas dos argentinos contra as "assimetrias" no bloco. Se não houvesse outros, esse é um bom motivo para que o governo brasileiro se empenhe em ajudar a Argentina a dar um rumo mais estável a sua economia.

**\*Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras**

PODEM AMÉRICA Latina e Caribe e União Européia formar uma aliança que vai gerar maiores benefícios para as populações mais pobres das duas regiões, melhor qualidade ambiental e melhor qualidade de vida? A América Latina tem como prioridade a América Latina. A União Européia também tem a sua prioridade, que é a própria União Européia. Mas as duas regiões podem viver uma sem a outra? E como podem conviver juntas num jogo ganha-ganha? Algumas dessas respostas serão dadas em Lima (Peru) em meados deste mês, quando será realizada a 5ª Cúpula União Européia/América Latina-Caribe. A primeira reunião foi há dez anos, no Rio de Janeiro (mais um pioneirismo do Itamaraty), e a última foi em Viena (Áustria), em 2006.

Os temas dessa reunião serão a luta contra a pobreza e as mudanças climáticas. A novidade é que a União Européia é presidida agora pela Eslovênia, o primeiro dos novos membros a desempenhar a função. Pequeno, mas diplomaticamente e economicamente ativo, procura um foco claro na reunião de Lima.

O primeiro foco são os dois temas interligados (luta contra a pobreza e mudanças climáticas). O segundo é conseguir resultados mensuráveis da reunião de 60 chefes de governo e Estado. E o terceiro é mostrar que, mesmo sendo a União Européia o maior investidor na América Latina e seu principal parceiro comercial, isso não basta: um continente não sobrevive sem o outro. Não é só a integração cultural e histórica que liga as duas regiões: é o futuro.

A Europa ajudou a criar pobreza na América Latina como ajuda, com os investimentos (mais de 5 milhões de postos de trabalho criados na região com os investimentos europeus), a criar riqueza. Mas precisa ter a humildade de reconhecer não só o enorme potencial de desenvolvimento da região como também a sua capacidade de gerar tal potencial.

Outro dia, numa reunião de diplomatas das duas regiões, alguém lembrou que não há mais ditaduras militares na América Latina. Nem governos fascistas na Europa. Que as duas regiões são hoje regidas por democratas legalmente eleitos. Que há uma radical mudança na percepção da administração pública e fiscal na região latino-americana. E que a transformação do problema social, de pobreza, em desafio com soluções de desenvolvimento tem trazido resultados positivos além de qualquer expectativa.

O encontro de Lima, para o qual foram feitas 13 reuniões preparatórias principais, é a oportunidade para discutir problemas e indicar soluções. A Eslovênia, cujo presidente, Danilo Türk, visitou o Peru, o Brasil, a Colômbia e a Venezuela para conversar sobre os preparativos para a reunião, é o parceiro ideal para esse momento. Não é um país de interesses econômicos e históricos de maior importância na região, mas nem de longe é teleguiado por outros. É um "honest broker" (mediador isento) que quer de fato marcar sua presença na presidência da União Européia com resultados positivos na parceria entre os países.

Para o Brasil, de quem se pede sempre maior participação no cenário internacional, é mais uma oportunidade para mostrar que os biocombustíveis são uma contribuição positiva para os problemas ambientais mundiais, que o país ajuda a resolver os problemas da fome e de fornecimento de alimentos no mundo e que é inovador e líder no combate à pobreza.

A União Européia pode ajudar a resolver alguns problemas, sejam políticos ou econômicos, na América Latina. Mas tem que se convencer de que a América Latina pode liderar suas soluções ela mesma (veja o caso do Haiti e a recente crise entre Colômbia e Equador).

A Europa tem que reconhecer que só a parceria a longo prazo entre as duas regiões pode dar bons resultados. E a América Latina, que, no seu processo de integração (em Lima provavelmente serão lançadas as bases de nova negociação entre União Européia e Mercosul), pode ter na Europa um parceiro mais confiável. Ou seja, em Lima, com Cubillas ou não, o jogo é só ganha-ganha.

*\*STEFAN BOGDAN SALEJ , 64, administrador de empresas com pós-graduação em ciências políticas pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), é embaixador enviado especial do ministro das Relações Exteriores da Eslovênia para a América Latina. Foi vice-presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais.*

#### **Acervo digital traz documentos da luta no campo – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008**

Manuscritos, originais datilografados, impressos e fotos relacionados ao sindicalismo rural brasileiro, em especial antes de 1964. Um vasto material, composto por mais de 240 documentos e 1.200 páginas, compõe o arquivo digital Lyndolpho Silva, disponibilizado na internet (<http://www.ufrj.br/cpda/als/>) pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). A organização do acervo teve apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Lyndolpho Silva foi sindicalista e ativista político. Ele reuniu e guardou inúmeros documentos durante certo período de sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). “É um acervo de memória, que oferece elementos para ajudar a escrever a história do nosso país”, diz o professor Luiz Flávio de Carvalho Costa, que coordenou a equipe de organização e digitalização do acervo.

O arquivo reúne documentos diversos acumulados por Lyndolpho Silva como anotações, teses, correspondências, declarações, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, atas, resoluções, e até os apontamentos relativos à organização dos

trabalhadores rurais, bem como ao movimento sindical e operário. Os documentos estão organizados por tipo e, segundo Costa, serão exploradas ainda as possibilidades de recuperação da informação, que os recursos digitais oferecem.

“A importância da documentação por ele acumulada, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural ao processo político brasileiro”, opina o professor.

**Recuperação** - Parte dos documentos foi colhida no final dos anos 1980, quando Costa manteve contato direto com Lyndolpho Silva. “Tivemos longas conversas que foram, para mim, lições de história do Brasil, dadas por um homem inteligente, amável e generoso. Naquela época ele confiou a mim algumas caixas de documentos sindicais”, conta. Quando Silva adoeceu, sua mulher entregou a Costa uma nova caixa com mais documentos. Uma terceira parte foi cedida a Costa pelo pesquisador Paulo Cunha, que também teve contato com Lyndolpho Silva.

Para Luiz Flávio Costa, o acervo é fundamental para entendermos o Brasil de hoje. “O país viveu, de 1945 a 1964, um período de muitas realizações e incorporação das massas populares no processo político-partidário, além da construção da rede sindical rural brasileira, nos anos 1950. Lyndolpho Silva tem um papel destacado na construção dessa rede sindical, e seus papéis ‘falam’ sobre esses acontecimentos”, ressalta o professor.

Os documentos já organizados e digitalizados são relativos ao período que começa em 1944, a partir do decreto-lei sobre associação sindical das classes rurais, e vai até 1964, com a ata de posse da diretoria e conselho fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Alguns arquivos ainda não estão disponíveis online. Conforme Costa, há um projeto para que o site se transforme em Coleção Lyndolpho Silva, com a ampliação de documentos históricos.

A receptividade do projeto é positiva, segundo o organizador. “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos convidou para apresentar o arquivo em encontro em São Paulo, em setembro deste ano”, diz.

**Atuação de Lyndolpho Silva** - Presença notável nos cenários político e social brasileiro, na opinião de Luiz Flávio Costa, Lyndolpho Silva foi um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais do país. A experiência política do militante começou em 1952, no Rio de Janeiro, com o envolvimento que teve com posseiros do estado. A partir daí, Silva fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab) em 1954; participou da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em 1963, e foi o primeiro presidente do órgão.

Permaneceu escondido sob risco de ser preso, de 1964 a 1973, e exilou-se na Europa em 1973, permanecendo como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP). Voltou ao Brasil em 1979, beneficiado pela anistia, e morreu aos 80 anos, em julho de 2005, em São Paulo.



Através do trabalho conjunto com o Partido Comunista do Brasil (PCB), Lyndolpho Silva ajudou a fortalecer a organização de trabalhadores do campo, em 1945. Ele auxiliou, através de suas lutas e ações, o reconhecimento dos sindicatos e do Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado em março de 1963 por João Goulart. "Ele conseguia manter um diálogo de alto nível com o trabalhador rural analfabeto, com o dirigente do Partido ou com uma autoridade da República. Portanto, o Partido tinha o homem certo para exercer a militância nessa delicada área que é o meio rural brasileiro", destaca Costa.

#### **UE diz a Mercosul que prioridade é Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008**

A União Européia espera ter condições de concluir um acordo de livre comércio com o Mercosul até novembro de 2009, mas, antes, considera prioritária a negociação de liberalização comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC), informaram ontem dois dos principais integrantes da Comissão Européia, o órgão executivo da UE. O comissário de Comércio, Peter Mandelson, chegou a mandar um recado duro à Argentina, a quem acusou de prejudicar os esforços de liberalização comercial, com a adoção de impostos sobre exportação de alimentos.

"A Argentina deveria apoiar uma rodada bem-sucedida em vez de frustrar as possibilidades de êxito", comentou Mandelson, após reconhecer que os subsídios agrícolas de países como os europeus distorcem o comércio mundial. Só em um ambiente multilateral como a Rodada Doha de negociações será possível enfrentar esse problema, defendeu, ao afirmar que impostos de exportação, como os impostos pela Argentina para conter a inflação no mercado interno, reduzem o incentivo para aumento de produção e colaboram para aumentar a fome no mundo.

"Se os países deixam de exportar produtos agrícolas, isso reforçaria a tendência altista dos preços", acusou Mandelson. "O protecionismo não pode ser a resposta aos preços altos, só piora a situação."

A comissária de Relações Exteriores da União Européia, Benita Ferrero-Waldner, lembrou que a UE deve concluir, em breve, negociações de livre comércio com os países da América Central e tem esperança de concluir as negociações com o Mercosul antes do fim do mandato da atual comissão, que termina em novembro.

O governo brasileiro esperava marcar a retomada das negociações entre Mercosul e União Européia ainda neste semestre, quando será possível dizer se haverá acordo na Rodada Doha ou o tema será adiado indefinidamente. Os comissários deixaram claro que têm como absoluta prioridade a discussão na OMC.

"Tanto o Mercosul quanto a União Européia são grandes economias, com muitos interesses comerciais nessa negociação de Doha", justificou Mandelson. Só a definição dos avanços e limites da liberalização comercial proporcionados pelos resultados da discussão na OMC poderão fixar o alcance de um possível acordo entre Mercosul e UE, argumentou o comissário europeu. Enfático, Mandelson afirmou que há forte risco de aumento do protecionismo em consequência da desaceleração econômica com a crise nos mercados dos

Estados Unidos, o que exige um esforço dos países para evitar uma "marcha a ré" na abertura do comércio mundial.

Mandelson e Benita falaram por videoconferência para jornalistas do continente, em preparação para a reunião de cúpula UE-América Latina e Caribe, no fim do mês, em Lima, Peru. A comissária disse esperar discutir temas como a luta contra pobreza, energia, aquecimento global e biocombustíveis no encontro, que terá reuniões paralelas sobre os acordos regionais negociados pelos europeus. Enquanto estão previstas reuniões de negociação com a Comunidade Andina e com a América Central, a reunião com o Mercosul se destinará apenas a relatar "onde estamos neste momento", disse Benita.

### **Subsídios podem ter sido omitidos, aponta estudo - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2008**

Países podem ter omitido da Organização Mundial de Comércio (OMC) informações sobre subsídios agrícolas que somam bilhões de dólares, segundo estudo da Universidade de Colônia, na Alemanha.

O estudo tomou como base a situação alemã. Em vez de 11 subsídios notificados pela União Européia em nome do país em 2006, no valor de ? 1,2 bilhão de euros, foram identificados 180 programas específicos de subvenções dadas por Berlim, que somaram ? 10,8 bilhões de euros. Apenas a isenção de impostos para produção de biocombustível alcança ? 2 bilhões de euros. O estudo foi feito com base no modelo criado pelo International Institute for Sustainable Development's Global Subsidies Initiative (GSI) para notificar subsídios a OMC.

A definição legal de subsídios na OMC inclui medidas dos governos para que companhias privadas subsidiem outras privadas. No entanto, os governos não notificam isso, minando a eficácia das regras e deixando em desvantagem países que não têm recursos para subsidiar suas produções.

Pelas normas atuais, a Alemanha é um dos grandes países que dariam menos subvenções. O modelo proposto pelo GSI requer declaração exata sobre ausência de ajuda para determinados setores ou produtos. Pelo formato atual para notificar a OMC, não fica claro se a ausência de subsídios num país é porque eles não existem ou porque o governo resolveu não informá-los. Mas analistas apontam outros "buracos" para os países esconderem as ajudas que concedem, a margem das regras.

**Brasil e EUA negociam Doha e etanol em Roma** - Assis Moreira – Valor Econômico –  
Internacional - 12/05/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a principal negociadora comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, se reúnem amanhã e quarta-feira em Roma para discutir os pontos mais polêmicos da Rodada Doha e possibilidades de aproximação, inclusive na questão do etanol.

Um cenário em que o etanol seja o único produto excluído da liberalização na negociação global na Organização Mundial do Comércio (OMC) é politicamente inaceitável para o Brasil, e deve ser abordado na reunião ministerial, na capital italiana. O combustível é um dos temas difíceis na rodada, porque Washington recusa negociar na OMC a tarifa de importação de 54 centavos por galão, que inviabiliza a entrada do produto brasileiro em seu mercado.

Washington alega que não se trata de tarifa comercial, mas de outra taxa ("Other duties and charges"). Na prática, sem a inclusão da alíquota de 54 centavos no cálculo do AVE (transformar outras tarifas em equivalente ad valorem num acordo na OMC), o etanol não sofrerá cortes tarifários e não terá liberalização.

Depois de ter feito do etanol um dos eixos de sua diplomacia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou, ano passado, o Itamaraty rejeitar qualquer lista de produtos ambientais na OMC (que terão corte tarifário maior) se o produto ficasse de fora. O governo alimentou a idéia de que uma possível solução com os EUA deveria "idealmente" levar em conta o potencial de mercado para os produtos bioenergéticos, apoiado na cooperação acertada entre os dois países.

Mas em Washington, o Congresso americano quer estender a taxa dos 54 centavos por galão na nova "Farm Bill" (a lei agrícola americana), por mais dois anos. O Itamaraty reagiu avisando que se isso ocorrer o Brasil contestará essa lei na OMC, por violação das regras internacionais.

Pode haver uma proliferação de disputas envolvendo biocombustíveis. Além de o clima esquentar entre o Brasil e os EUA, o confronto entre os EUA e a União Européia é sobre sobre biodiesel.

Primeiro, produtores da UE pediram para Bruxelas acionar a OMC contra subsídios dados pelos EUA a seus produtores, reclamando que sofrem com o biodiesel barato americano. Agora, é a indústria americana que ameaça com ação legal contra a UE, alegando que Bruxelas faz exigências técnicas, incluindo resistência à oxidação, para discriminar a produção americana. O biodiesel da Europa é em geral feito de óleo de colza e o americano é produzido a partir de óleos de soja e palma.

Em Genebra, a discussão sobre liberalização agrícola envolve agora também a crise alimentar, que alguns países atribuem em parte aos biocombustíveis.

O mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, prometeu aos países apresentar um texto revisado de compromisso na próxima semana, mesmo que muitas diferenças persistam. A idéia é abrir caminho para uma reunião ministerial e tentar um acordo até junho. O Brasil, EUA e União Européia insistem que a crise atual de alimentos deveria ajudar a fazer Doha avançar.

O embaixador Roberto Azevedo, principal negociador comercial brasileiro, reconhece riscos consideráveis na tentativa de fechar um acordo nas próximas semanas. "A situação é delicada, porque o tempo que resta para finalizar (um acordo) é curto", afirmou. "Há divergências importantes em todos os pilares da agricultura (subsídios internos, corte

de tarifas, subvenções a exportação) e na área industrial". Para Azevedo, "na medida em que existe a percepção de que se está na reta final (da negociação), as posições tendem a se enrijecer", com os países procurando embolsar mais e minimizar as concessões.

### **Brasil cobra solução em Doha para tarifa americana – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 13/05/2008**

O Brasil avisou aos EUA que quer uma solução imediata para o corte de tarifas sobre o etanol num acordo da Rodada Doha, disse ontem o embaixador brasileiro junto a Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Hugueneu.

"Já dissemos aos EUA que isso deve ser resolvido o mais rápido possível", reiterou ele, na véspera de uma reunião em Roma entre o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a principal negociadora comercial dos EUA, Susan Schwab, para discutir a rodada.

Washington rejeita cortar a tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, alegando que não se trata de alíquota, mas de "outras taxas". Na prática, se essa posição prevalecer, o etanol seria o único produto excluído de liberalização num acordo de Doha. É um cenário inaceitável para o o governo Lula, que fez do produto um dos eixos de sua política externa.

Para fontes do setor privado, a "briga do momento" é mesmo sobre o etanol, e o caminho natural é o produto se transformar num contencioso entre Brasil e EUA.

"Será um processo demorado, até porque toma tempo avaliar os argumentos legais, e o Itamaraty demora muito para tomar decisões, mas vai acabar virando um contencioso", avalia uma fonte do agronegócio.

Já o embaixador Hugueneu vê como especialmente problemático hoje a lei agrícola americana para os próximos cinco anos, negociada entre os líderes do Congresso na semana passada, que eleva para US\$ 300 bilhões os gastos no setor, aumentando as subvenções até para a produção de etanol.

A Casa Branca ameaça vetar a Farm Bill, mas o secretário americana de Agricultura, Ed Schafer, reconheceu que a administração Bush enfrentará uma situação "penosa" para manter um veto presidencial nesse caso.

O Brasil quer saber de Schwab se os EUA vão ou não se comprometer com corte profundo de subsídios internos para ter um acordo em Doha. Por sua vez, o agronegócio brasileiro indicou ao Itamaraty que apóia um acordo na OMC, mas que o ministério deve brigar por mais ambição agora que os preços das commodities estão altos no mercado internacional.

Avalia que o Brasil não pode perder a oportunidade dos preços altos, que significam menos subsídios e maior demanda externa, para tentar arrancar mais concessões dos importadores. Mas, como um negociador lembra, quem quer concessão tem de pagar também.

**Doha vale menos do que cobram, diz Amorim** - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/05/2008

A Rodada Doha já não vale o que os países industrializados estão cobrando do Brasil e de outros emergentes e os ricos devem baixar suas demandas se quiserem um acordo. Esta foi a advertência que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou, no fim de sete horas de reunião com a representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, ontem em Roma.

"Em matéria de rodada, não estamos no mercado comprador, e sim no mercado vendedor", afirmou Amorim em entrevista ao Valor, por telefone, de Roma. "Se eles (os países ricos) querem a rodada, não podem continuar exigindo um preço excessivamente alto da parte dos países em desenvolvimento."

O ministro deixou claro que Doha está menos interessante, porque uma parte do atrativo estava em cortar subsídios agrícolas e ampliar mercados para as exportações. Mas o próprio mercado, e não a rodada, está se encarregando disso neste momento. Com os preços altos das commodities, os subsídios agrícolas caíram e o acesso aos mercados está sendo facilitado pela derrubada de barreiras por importadores para enfrentar a crise alimentar. "Estamos procurando convergências e acho que é possível", afirmou Amorim, mas sempre transmitindo a mensagem de que os industrializados não venham cobrar demais.

Recentemente, o agronegócio brasileiro indicou ao Itamaraty que apóia um acordo na Organização Mundial de Comércio (OMC), mas também que o Brasil não pode perder a oportunidade dos preços altos, que significam menos subsídios e maior demanda externa, para tentar arrancar mais concessões dos importadores.

Na reunião de Roma, das 10 às 17 horas, os EUA insistiram para o Brasil aceitar acordos setoriais na área industrial, para eliminar ou reduzir mais rapidamente as tarifas de certos setores - em todo caso bem mais do que Brasília está disposta a aceitar. Além disso, Washington cobra cortes altos de tarifas industriais com flexibilidade menor do que o Mercosul pede.

Pelas demandas dos EUA e de outros industrializados até agora em Genebra, o Mercosul, com tarifa média de 30%, deveria fazer cortes entre 55% e 61% nas suas alíquotas. Teria flexibilidade para cortar menos em cerca de 10% das alíquotas - mas o bloco quer mais, e juntos, para acomodar diferentes interesses do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Amorim disse que "eles não podem esperar que o Mercosul assuma obrigações como união aduaneira como se fossem países isolados", em alusão à flexibilidade adicional que o bloco quer para manter a proteção para diferentes setores industriais. Ele relatou que na reunião com Susan Schwab houve algumas aproximações, mas sobretudo que se deve continuar negociando, dependendo dos textos que os mediadores agrícola e industrial apresentarão nos próximos dias. Os documentos são para tentativa de compromissos numa provável reunião ministerial em Genebra, em junho.

O ministro avisou que, se a dosagem das propostas dos mediadores for errada - tímida demais ou excessiva demais, conforme o interesse do país -, o risco é enorme de muitos considerarem os textos inaceitáveis, jogando uma pá de cal no acordo.

Para Amorim, existe "o risco de derrapagem" sobretudo no texto industrial. "Espero que não venham com elementos que tornem a negociação impossível", disse. Lembrou que, quando saíram os primeiros textos em julho do ano passado, o Brasil não chegou a rejeitar o documento de compromisso para produtos industriais, mas muitos países ficaram perto

disso. "Temos de evitar uma situação como essa. Se não há um mínimo de equilíbrio, aí vai ser difícil. Eu acho até que de repente ficamos a mercê de circunstâncias fortuitas", observou.

Na reunião, Brasil e EUA verificaram que também as estatísticas dos dois lados são divergentes e será preciso mais conversas técnicas nos próximos dias. Na avaliação do ministro, o Brasil e os EUA têm posições parecidas sobre produtos sensíveis na área agrícola e também estão próximos sobre a eliminação de subsídios à exportação. Quanto ao corte de subsídios internos, que é basicamente nos EUA, o número só vai sair mesmo numa barganha final. Ambos querem continuar tentando fechar um acordo preliminar em junho.

Um porta-voz de Susan Schwab relatou o encontro com Amorim como "uma troca de idéias e estatísticas, para avançar nas três áreas - agrícola, industrial e de serviços -, uma oportunidade para tentar ser mais ambicioso na janela de oportunidade que temos agora".

### **Reunião não obtém acordo sobre etanol – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008**

Não houve desfecho na questão do etanol na Rodada Doha, durante a reunião ministerial entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada ontem em Roma. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, voltou a pressionar Washington para aceitar negociar a redução de tarifa de importação. A representante americana simplesmente tomou nota da reivindicação.

"Achamos que essa tarifa é totalmente absurda, é uma óbvia barreira na fronteira, discriminatória, e tem de ser tratada (na OMC)", disse o ministro, numa alusão à tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, que Washington cobra e que não quer negociar na Organização Mundial do Comércio. Para os EUA, não se trata de alíquota, mas de "outras taxas". Só que, com isso, o etanol seria o único produto excluído de liberalização num acordo de Doha.

Amorim disse que os EUA sabem que o Brasil está disposto a abrir um contencioso contra a taxa na OMC. O ministro foi enfático sobre o etanol e sua expectativa é que a discussão sobre segurança alimentar ajude na derrubada da taxa americana. "Se o preço do etanol de milho está tendo influência negativa nos preços dos alimentos, uma abertura do mercado americano para etanol mais competitivo e que não afeta a produção alimentar, como o nosso, teria efeito positivo global", argumentou.

Para analistas em Genebra, o etanol será uma enorme dor de cabeça, na medida em que os países tentem fechar um acordo em Doha, porque parece improvável o Brasil aceitar acordo sem abertura para o produto. **(AM)**

**Lei agrícola mantém tarifa e eleva subsídios nos EUA – Sergio Dávila - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2008**

**"À prova de veto", a "farm bill" americana aumenta incentivos para US\$ 40 bi - Taxa sobre álcool brasileiro continua de US\$ 0,54 por galão por 2 anos; americano receberá ajuda menor por biocombustível de milho**

A nova lei agrícola norte-americana, aprovada ontem pelo Senado, aumenta o total de subsídios governamentais ao setor, mantém a tarifa cobrada ao álcool brasileiro por mais dois anos e diminui o valor do incentivo dado ao produtor do biocombustível local. A "farm bill" prevê um gasto total de US\$ 289 bilhões nos cinco anos de sua duração, dos quais 14%, ou pouco mais de US\$ 40 bilhões, irão para incentivos.

Ao mesmo tempo, aumenta o valor destinado ao programa de cupons de alimentação à população de baixa renda, que tomará dois terços do gasto previsto. A lei segue agora para o presidente George W. Bush, que promete vetá-la. O republicano acha a medida "fiscalmente irresponsável" e defende que continua a beneficiar fazendeiros ricos numa época em que o preço dos alimentos bate recordes nos Estados Unidos.

Aprovada por maioria nas duas Casas do Congresso, no entanto, ela é considerada "à prova de veto" pelos líderes democratas, que controlam o Legislativo norte-americano e dizem que terão os dois terços dos votos necessários para derrubar o veto presidencial. O acordo sai em ano eleitoral, sob a liderança de um partido protecionista e de olho no voto rural (leia texto nesta página).

No setor de biocombustíveis, o valor economizado pela diminuição do crédito dado aos produtores do álcool à base de milho, dos atuais 51 centavos de dólar por galão (ou 22 centavos de real por litro) para 45 centavos de dólar por galão (ou 20 centavos de real por litro), será usado num novo incentivo federal temporário, para o chamado álcool de celulose, a um custo de US\$ 403 milhões.

Aliada à manutenção da tarifa sobre o álcool importado, de 54 centavos de dólar por galão (ou 24 centavos de real por litro) por mais dois anos, a medida deve prejudicar o produto brasileiro. O desconto causará no comprador norte-americano a percepção de que está pagando mais do que antes pelo mesmo produto, já que o valor do crédito fiscal que receberá cai nove centavos de dólar.

**Reação** - "A combinação dessas medidas exacerbará a discriminação comercial atual contra o álcool brasileiro no mercado americano", disse à **Folha** Joel Velasco, representante-chefe nos EUA da brasileira Unica, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Segundo apurou a **Folha**, a lei também foi mal recebida entre as autoridades brasileiras.

Antes mesmo da aprovação da lei agrícola norte-americana pelo Senado, o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, não havia descartado a possibilidade de o Brasil levar a questão da tarifa sobre o álcool à Organização Mundial do Comércio, por achar o tributo "questionável, duvidoso".

Além disso, o aumento dos subsídios dados ao produtor agrícola em geral pode complicar ainda mais a posição dos EUA nas emperradas negociações da Rodada Doha de comércio exterior. "A distorção no comércio é um dos problemas dessa lei", disse o senador republicano Richard Lugar, um dos que votaram contra.

Após citar o caso aberto pelo Brasil contra os EUA na OMC em 2004 pelos incentivos aos produtores de algodão, o senador disse que, "surpreendentemente, em vez de consertarmos os programas que protegeriam os fazendeiros americanos dessas contestações, a nova lei continua esses programas e, de maneira provocadora, aumenta as taxas de subsídios".

### **China e Índia defendem, na OMC, subsídios à pesca** - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/05/2008

China e Índia, os países mais populosos do planeta, pediram na Organização Mundial de Comércio (OMC) aval para que as nações em desenvolvimento possam conceder subsídios para o setor pesqueiro praticamente sem restrições.

A proposta, apresentada por Pequim e Nova Delhi esta semana, atropela sugestão já feita por Brasil e Argentina, que recebeu apoio de organizações não-governamentais (ONGs) defensoras da proibição ampla de subsídios em países que exploram excessivamente os oceanos.

China e Índia querem que as nações em desenvolvimento possam dar incondicionalmente subvenções para barcos de até 24 metros (74 pés), sem necessidade de respeitar condicionalidades que a Rodada Doha deverá impor ao segmento.

China e Índia estão entre os dez países que mais pescam, e buscam proteger suas produções. Pequim diz que 87% de seus barcos são de 20 metros (66 pés), e muitos são usados para captura em alto mar. A Índia quer proteger a ajuda para pelo menos 75% de sua frota atual, responsável por 50% de sua pesca.

"A proposta da China e da Índia mina o espírito e o mandato das negociações na OMC", acusou a influente ONG americana Oceana, apontando a tentativa de escapar de compromissos ambientais. Os "amigos do peixe", incluindo EUA, Austrália, Argentina, Nova Zelândia e Chile, também rechaçam a idéia.

Nos mares da China, a maioria dos peixes capturados não tem mais espaço para avançar, de acordo com a entidade. Em 60% dos casos na Índia, tampouco há informações sobre os estoques.

Sakay Courtney, da Oceana, destacou que a maior diferença em relação às propostas de Brasil e Argentina é que estes são fortes defensores do critério de sustentabilidade na pesca. Para ter programas de subsídio, o país em desenvolvimento precisa assegurar que a ajuda não colocará em risco os estoques pesqueiros. Isso inclui controle de estoques e de licenças de embarcações, sistemas de entradas em zonas restritas e cota de captura em limite aceitável.

Outra diferença é que o Brasil tem uma definição específica de pesca em pequena escala - na costa, largamente para subsistência. Esse tipo de pesca deverá receber tratamento mais generoso que a pesca comercial. A idéia é proteger comunidades de



pescadores. Mas a proposta de Índia e China elimina o que foi proposto pelo Brasil, segundo a Oceana.

O pescado mundial está sendo severamente esgotado, e se a tendência atual continuar toda a pesca comercial pode ter colapso em algumas décadas, segundo a entidade.

Apesar disso, governos continuam a dar subvenções bilionárias às indústrias, para capturas cada vez mais distantes. As ajudas são estimadas entre US\$ 30 bilhões e US\$ 34 bilhões por ano - US\$ 20 bilhões dos quais para apoiar a capacidade pesqueira, como barcos, combustível, equipamentos e outros custos. A batalha na OMC para restringir a pesca está longe de acabar.

### **Textos para Doha devem sair hoje – Valor Econômico – Brasil - 19/05/2008**

Os mediadores das negociações agrícola e industrial na Rodada Doha planejam divulgar hoje seus novos textos de compromisso, na tentativa de facilitar um acordo no mês que vem em Genebra. Mas enormes diferenças persistem entre exportadores e importadores. O texto agrícola deve confirmar corte de 54% em média nas tarifas e limite de pelo menos US\$ 13 bilhões nos subsídios dos Estados Unidos. Deve incluir método para calcular cotas para produtos sensíveis (como carnes), que terão cortes tarifários menores na Europa.

A expectativa maior é com relação ao texto industrial. O Brasil e outros dez países apresentaram de novo seus argumentos ao mediador Don Stephenson, na sexta-feira, que ficou de estudá-los. Os dois grandes problemas continuam sendo a fórmula para o corte tarifário dos produtos industriais e flexibilidades para os emergentes protegerem certos setores. (AM)

### **Textos para Doha incluem demandas brasileiras - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 20/05/2008**

O Brasil teve demandas incorporadas nos novos textos agrícola e industrial, que servirão como base para intensivas barganhas nas próximas semanas, para um eventual acordo na Rodada Doha. O novo texto industrial, sobretudo, procura deixar todas as opções abertas para garantir espaço a negociação entre os ministros. Não houve a "derrapagem" que o Brasil temia. Mas o número de colchetes, refletindo as persistentes divergências entre importadores e exportadores, sinaliza que um entendimento é bem difícil nas próximas semanas.

A maior expectativa era justamente sobre o que o mediador da negociação para produtos industriais, Don Stephenson, proporia. Ele jogou tudo quanto é opção no papel, mas sem categorização. Incorpora propostas feitas pelo Mercosul, pela Venezuela, pelos Estados Unidos, pela União Européia e África do Sul em pontos especialmente sensíveis, sem indicar as que têm mais possibilidade de consenso entre os membros.

Para os países emergentes, o texto do mediador industrial inclui opções com maior faixa de coeficientes e de flexibilidade para proteger setores industriais. As faixas para os

cortes tarifários agora são em três grupos, entre 19 e 26 (o maior era 23). Quanto maior é o coeficiente, menor é o corte, mas menor também é a flexibilidade.

Por uma opção, emergentes aceitando coeficiente entre 19 e 21 serão autorizados a proteger entre 12% e 14% de suas linhas tarifárias industriais (com corte menor), desde que não excedam entre 12% e 19% do valor das importações.

O Mercosul sempre defendeu flexibilidade maior para proteger setores sensíveis na área industrial e não estará descontente nesse aspecto, já que até recentemente Washington e Bruxelas sequer queriam tocar no assunto. Países em desenvolvimento que escolherem entre os coeficientes 21 e 23 poderão proteger 10% de suas linhas tarifárias, aplicando apenas metade dos cortes propostas pela fórmula geral. Ou podem isentar 5% de qualquer redução.

Finalmente, os emergentes preferindo coeficiente entre 23 e 26 renunciariam a qualquer flexibilidade especial para suas indústrias. É o que prefere o México, para não arbitrar quais setores proteger, e dar o mesmo corte para toda a indústria.

O documento inclui possibilidade de outras provisões especiais para os países em desenvolvimento. Os que participarem de negociações setoriais, para aumentar os cortes tarifários em determinadas áreas, como químicos, produtos elétricos e equipamentos industriais, ganham pontos adicionais, ou "crédito", para escolher um coeficiente maior - e portanto, menor corte sobre as tarifas em geral.

Os coeficientes 19 a 26 representam reduções variando de 55% e 63% nas tarifas consolidadas, no caso do Mercosul. O mediador também deixa para os ministros decidirem se a Venezuela deve receber tratamento de economia pequena e vulnerável, por ser dependente de uma só commodity, o petróleo. Pelas ameaças de Caracas de bloquear um acordo, a possibilidade deste pleito ser atendido é razoável.

Stephenson incorporou desta vez a possibilidade para os países ricos cortarem mais as suas tarifas industriais. A alíquota mais alta num país rico deveria ser de 7%. Os Estados Unidos já disseram que não aceitam esse percentual, em razão do problema politicamente sensível de seu setor têxtil.

"Todos os problemas políticos dos países emergentes foram cobertos, mas dizer que isso facilita entendimento é outra história", reagiu um tarimbado negociador ontem à noite.

No texto agrícola, o mediador Crawford Falconer traz poucas surpresas. Desta vez, deixa aberta a possibilidade de cortes de subsídios e de tarifas maiores do que nas propostas anteriores. Ele incluiu o método para calcular a expansão de cotas para produtos sensíveis, que foi negociada pelo Brasil, Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália e Índia.

Para a "caixa verde", que são os subsídios com menor distorção no comércio, o mediador copiou basicamente a proposta do G-20, o grupo liderado pelo Brasil. O texto, contudo, confirma a dificuldade sobre produtos especiais e salvaguarda para os emergentes, exigidos pela Índia, China, Indonésia e outros países, para frear importações agrícolas. O texto nesse ponto, porém, é mais claro para os ministros tomarem uma decisão.

## **Países já têm idéia do tamanho das cotas – Valor Econômico – Brasil – 20/05/2008**

Sinalizações da União Européia (UE) e certos avanços técnicos na negociação em Genebra permitem a países exportadores agrícolas ter uma idéia mais concreta do tamanho das cotas globais (para todos) para carnes e outros produtos, com alíquotas menores, em caso de um acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A cota para carne bovina, de especial interesse do Brasil, pode ser de 300 mil toneladas pelas indicações européias - comparada à expectativa brasileira de o volume chegar a 340 mil toneladas, pelo menos. A cota bovina ficaria em 150 mil toneladas para carne refrigerada.

A tarifa de 85% fora da cota passaria a 12% com o volume dentro da cota para cortes mais caros e que vão diretamente para os supermercados. As outras 150 mil toneladas são de carne congelada, que vira carne defumada (brezola) e acaba sendo vendida em regiões mais pobres. A alíquota de 142% declinaria para cerca de 12%, entrando na cota.

Para as exportações de carne de frango, o volume estimado é de 300 mil toneladas, pelos cálculos feitos em Bruxelas - comparado a 349 mil toneladas que o Brasil quer, pelo menos, estimando que vai em todo caso abocanhar a maior parte.

Seriam 180 mil toneladas de carne congelada e as outras 120 mil toneladas de carne cozida ou salgada. O produto, que é submetido atualmente a uma tarifa de 87,9%, passaria a ter alíquota de 7,5%, o que acabaria dando um ganho importante para o exportador.

Os países europeus também acenam com cota para a carne de porco. O volume seria de 200 mil toneladas. Ele representa apenas 1% do consumo interno da região, quando a negociação prevê que a expansão da cota deve ser entre 4% e 6%.

Quanto aos Estados Unidos, a expectativa é de abrirem uma cota variando entre 280 mil a 420 mil toneladas, dependendo da barganha final na rodada. Os Estados Unidos, a União Européia e outros países desenvolvidos vão designar vários produtos como "sensíveis". Estes terão corte tarifário menor.

Para compensar, os países exportadores precisarão garantir a entrada em seus mercados de determinado volume (a cota) com alíquota menor. Mas a negociação ainda está muito longe de acabar. (AM)

## **OMC chega a acordo sobre regionalização - Assis Moreira e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) anunciou ontem que seus países-membros chegaram a um acordo para reconhecer o princípio de regionalização sanitária. O princípio já está previsto nas regras da OMC, mas até agora sofre resistências por parte de países industrializados. O acordo não é obrigatório e só estabelece orientações para os países exportadores e importadores operacionalizem a regionalização sanitária prevista no artigo 6 do acordo de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS).

O princípio da regionalização estabelece que no caso da existência de determinada doença no território de um país exportador será levada em conta a localização do foco para eventual embargo, permitindo-se exportações de produtos de animais de outras regiões que não apresentem a enfermidade.

O entendimento, porém, deixa em aberto o prazo para implementação da regionalização. Em 2007, um grupo de países em desenvolvimento sugeriu que exportador e importador tivessem 90 dias para estabelecer, bilateralmente, um plano de trabalho e um calendário para a eventual regionalização.

Para o Brasil, que tem suas exportações de carne bovina afetadas pelo desrespeito ao princípio, o entendimento é um primeiro passo. Outros países mostraram desapontamento porque nações importadoras podem continuar com margem para usar o instrumento por razões protecionistas.

A expectativa é de mais notícias favoráveis ao Brasil em relação a questões de sanidade. Na próxima semana, acontece a reunião anual da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, e espera-se que os 11 Estados brasileiros que tiveram suspensos o seu status de livre de febre aftosa com vacinação recuperem essa condição, segundo o secretário de agricultura paulista, João Sampaio. O status foi suspenso em outubro de 2005, após casos de aftosa em Mato Grosso do Sul e Paraná.

O tema será debatido na reunião da OIE. Conforme Sampaio, antes, o comitê veterinário da organização vai se reunir para recomendar ou não a recuperação do status. Mas, segundo ele, circula a informação de que a recomendação já foi feita pelo comitê Ad Hoc da OIE, que antecipa as discussões do comitê veterinário.

"O restabelecimento do status de livre de aftosa sem vacinação é o primeiro passo para que São Paulo volte a exportar para o Chile e a União Européia, que são mercados importadores de carnes de mais alto valor agregado", disse Sampaio. "A reabertura vai dinamizar novamente a pecuária de São Paulo", acrescentou. Antes do surgimento dos focos de aftosa, o Estado respondia por 60% das exportações de carne bovina in natura do país. Com o embargo, a participação do Estado nas vendas externas brasileiras caiu para 20%, segundo ele..

## **BRASIL DIZ QUE PROPOSTA PARA DOHA AINDA PRECISA MELHORAR – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008**

A nova proposta da OMC (Organização Mundial de Comércio) para avançar com a Rodada de Doha de negociações comerciais ainda precisa melhorar muito, afirmou o Ministério das Relações Exteriores. Para o Itamaraty, o texto apresentado anteontem dá "tratamento inadequado" a subsídios e tarifas agrícolas de países ricos. "Permanecem indefinidas questões centrais", afirma o comunicado do Brasil.

**Agronegócio e indústria já aceitam "Doha light" - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 21/05/2008**

Apesar de ainda ter muita negociação pela frente, a Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), pode estar a caminho do fim. Pelo menos no que depender do setor privado brasileiro. As posições entre agricultura e indústria se aproximaram. Enquanto o setor agrícola diz que o acordo "é menos do que se esperava, mas não pode ser desconsiderado", representantes da indústria avaliam que "dá para engolir".

Mário Marconini, diretor de negociações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ficou positivamente "surpreendido" com o texto do mediador da negociação industrial, Don Stephenson, divulgado na segunda-feira. "Ainda não acabou, mas o que está na mesa agora permite que os países em desenvolvimento continuem na sala de negociação", disse.

Soraya Rosar, gerente executiva da unidade de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), diz que o mediador considerou os anseios de quase todos os países envolvidos. "Antes a negociação estava desbalanceada, agora existe possibilidade de discussão. Mas qual vai ser o desenho desse quebra-cabeça ainda não está claro", afirmou.

Algumas mudanças atendem aos interesses da indústria. Para os países que aceitarem cortes mais profundos (coeficiente entre 19 e 21), o limite de produtos sensíveis pode chegar a 14%, ao invés dos 10% previstos inicialmente. Os países também poderão optar por um corte mais brando (o coeficiente mais alto subiu de 23 para 26) desde que desistam das flexibilidades. Nos produtos que os países indicarem como sensíveis, as tarifas de importação vão cair menos.

"As propostas ainda são negociáveis, mas a princípio, está mais palatável. Talvez dê para engolir", disse Mário Branco, gerente de negociações internacionais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Ele explica que adoção de um coeficiente mais brando beneficia o setor. Por exemplo: com o coeficiente 23, 566 produtos eletroeletrônicos sofreriam quedas de mais de dois pontos percentuais na tarifa aplicada. Com o coeficiente 25, esse número cai para 327 itens.

Segundo Marconini, a indústria ainda considera a negociação "ambiciosa" e quer saber se está balanceada. A pergunta é: o que agricultura brasileira vai ganhar na Rodada Doha compensa as perdas da indústria? André Nassar, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), "think-tank" financiado por entidades agrícolas, disse ao Valor que o acordo "é menos do que se esperava, mas não pode ser desconsiderado".

Ele admitiu que as propostas atualmente sobre a mesa - especialmente as cotas oferecidas para a União Européia para alguns produtos agrícolas - podem representar um incremento no volume vendido pelo Brasil para o bloco. Mas alertou que como o aumento no volume será pequeno, é preciso garantir que pelos menos a receita obtida pelos exportadores crescerá de maneira mais substantiva.

Nassar está preocupado com uma questão técnica, mas fundamental para os exportadores agrícolas: a administração da cota de importação pela Comissão Européia. Dependendo de como isso ocorrer, a redução da tarifa de importação pode se transformar em ganhos para exportador e consumidor europeu ou em margem de lucro maior para os importadores.

Para os empresários brasileiros, alguns fatores contribuem para acelerar as negociações e reduzir suas ambições: a proximidade das eleições dos Estados Unidos, um certo "cansaço" com a Rodada, que já dura sete anos e atrapalha as negociações bilaterais, e o temor de que um fiasco prejudique a credibilidade da OMC e sua capacidade de regular o comércio.

"Está caminhando para uma Doha light. Os países querem um acordo para não jogar fora todo o esforço", avaliou Fernando Pimentel, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). Ele ressaltou que o setor decidiu não aguardar os resultados da Rodada Doha e está ativo em conversas bilaterais com os parceiros nos Estados Unidos, na União Européia e até no México.

**Para Chiaradia, Mercosul está mais forte** - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 21/05/2008

A forte demanda dos asiáticos, especialmente China e Índia, pelas commodities agrícolas produzidas no Mercosul, fortaleceu a posição do bloco nas negociações com a União Européia (UE) e explica, de certa forma, a ausência de qualquer avanço no sentido de um acordo na última reunião de cúpula realizada em Lima, este fim de semana.

"Hoje nossos países têm demanda assegurada de seus principais produtos nos mercados internacionais, a preços elevados. Conseqüentemente, nas negociações cobramos mais caro nossa abertura em indústria e serviços, porque não necessitamos o que nos dão, particularmente quando é pouco", afirmou o secretário de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores da Argentina, Alfredo Chiaradia.

Em entrevista à imprensa estrangeira ontem em Buenos Aires, Chiaradia explicou a posição levada pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner, à reunião com o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, durante o encontro de chefes de Estado, na capital peruana.

Em resposta a um quase ultimato de Barroso, de que se não abrisse seus mercados industriais o Mercosul não teria abertura do mercado agrícola europeu, Cristina respondeu que o Mercosul nunca se recusou a discutir a abertura e que a questão não era "branco e preto" como os europeus tentam colocar. "A presidente disse que era uma questão de magnitudes, se trata de quanto receberemos em matéria de cotas agrícolas em troca de abertura na área de serviços e indústria", explicou.

Sobre os novos textos agrícola e industrial que servirão de base para a negociação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), divulgados na segunda-feira em Genebra, Chiaradia disse que continua incompatível com que a Argentina espera da negociação.

"Em uma primeira leitura, vemos que, no que concerne a produtos industriais, o que apareceu no último documento continua incompatível com os mandatos que regem a negociação e que implicam que as contribuições dos países desenvolvidos devem ser maiores que as dos países em desenvolvimento". Segundo ele, o atual texto do acordo para produtos não agrícolas (Nama) faz com que, ao contrário, em matéria de produtos industrializados a contribuição dos países em desenvolvimento será maior que a dos países industrializados. "Isso sem contar o fato de que em matéria agrícola há ainda uma enorme

quantidade de temas pendentes que devem ser resolvidos antes de entrar em uma etapa horizontal em que haja troca de concessões", comentou.

Chiaradia se queixou da onda recente na opinião pública internacional, alimentada segundo ele pela imprensa dos países desenvolvidos, de colocar a culpa pela alta dos alimentos no Brasil e na Argentina, por causa dos biocombustíveis e do fechamento das exportações. Para ele, a Argentina tem contribuído com a oferta mundial de alimentos, ao ter quase duplicado sua produção de grãos de 50 milhões para 98 milhões de toneladas nos últimos cinco anos.

Para a próxima reunião de presidentes do Mercosul, marcada para o início de junho, em San Miguel de Tucuman, no norte da Argentina, Chiaradia disse que há perspectivas de avanços no aperfeiçoamento da união aduaneira, com a criação do Código Aduaneiro Comum. O Código deve agilizar o comércio intra-bloco e permitir a eliminação da dupla cobrança de Tarifa Externa Comum em produtos que entram por um país e seguem para outro, com o objetivo de ser transformado e exportado.

A parte prática, que consiste no projeto de informatização das aduanas, já estaria pronta, garantiu. Falta resolver as questões mais complicadas que são a distribuição da renda aduaneira entre os sócios e o tratamento às zonas francas de Manaus e Terra do Fogo. "Nossa expectativa é chegar a um acordo final até o fim do primeiro semestre", afirmou o secretário.

#### **Itamaraty disfarça contentamento em nota oficial discreta - Sergio Leo – Valor econômico – Brasil - 21/05/2008**

Uma nota oficial discreta e cautelosa disfarçou ontem a sensação de contentamento no Itamaraty, com a divulgação, na véspera, em Genebra, dos textos para servir de base às negociações de liberalização comercial, na chamada Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Parte considerável das preocupações dos brasileiros foi levada em conta nos textos divulgados pelos coordenadores das discussões sobre produtos agrícolas e sobre produtos industriais e outros (negociação conhecida pela sigla Nama, do inglês non-agricultural market acesso, acesso a mercados não-agrícolas).

Mais otimistas em relação às possibilidades de um acordo na OMC até o fim do ano, os negociadores brasileiros continuam preocupados, porém, com detalhes considerados "cruciais" na discussão em Genebra. Um deles é a garantia de que o Mercosul será considerado como bloco, e não por cada país, individualmente, no momento de avaliar os produtos que terão direito a serem considerados "sensíveis", com maior proteção tarifária. volume de comércio.

No texto divulgado para orientar as negociações de liberalização do comércio de produtos industriais, prevê-se a possibilidade de se destacar alguns produtos como "sensíveis", desde que eles não ultrapassem determinado "volume de comércio" do país, uma forma de evitar que os países excluam exatamente os produtos mais demandados por seus mercados.

Como as mercadorias do Mercosul são sujeitas a uma tarifa comum, essa regra, segundo os diplomatas brasileiros, dificultaria a acomodação dos interesses dos quatro

sócios. Assim, em casos de uniões aduaneiras, como a do Cone Sul, ao medir o "volume de comércio", a OMC deveria considerar o total do bloco e não cada país individualmente.

Essa sugestão está no texto divulgado ontem, mas entre colchetes, o que significa que o tema ainda está em discussão. "Para o Brasil, é essencial que as regras aplicáveis a uniões aduaneiras como o Mercosul sejam inequívocas, evitem resultados desproporcionais ou discriminatórios e estejam plenamente acordadas no texto que balizará as deliberações em nível ministerial", diz a nota do Itamaraty, em referência à reunião negociadora dos ministros dos países da OMC, que deve ser convocada para junho.

O Brasil vê como prioridade, ainda, a inclusão do etanol entre os produtos considerados ambientais, a serem beneficiados com maior liberdade do comércio e quer proibir tarifas específicas, como as aplicadas pelos Estados Unidos sobre o etanol brasileiro, algo que impediu o tema de ser abordado nos textos, devido à oposição dos EUA.

"Em análise preliminar, constata-se que o texto revisto para as modalidades em agricultura é mais completo e detalhado que a versão anterior", diz a nota divulgada ontem pelo Itamaraty, que saúda a eliminação de "lacunas" e a definição de aspectos técnicos e metodologias "aplicáveis a temas de grande importância para a efetiva redução das distorções e liberalização dos mercados agrícolas". Permanecem, porém, pontos "inadequados", segundo a nota, que lamenta a indefinição sobre "questões centrais como os limites para os subsídios e para as tarifas nas economias mais avançadas e que mais distorcem os mercados".

Ainda nesta semana, o Brasil deve reunir os parceiros no G-20, o grupo de países em desenvolvimento que discute uma posição comum sobre a liberalização dos mercados agrícolas. Durante toda a próxima semana, deverão ocorrer reuniões entre os países, para trocar avaliações sobre os possíveis impactos das diversas hipóteses de liberalização dos mercados para produtos industriais e dos possíveis cortes nos subsídios agrícolas previstos nos textos dos coordenadores designados pela OMC.

Esses textos firmam apenas as regras para negociações dos cortes a serem aplicados sobre as tarifas e subsídios agrícolas, além de determinarem também métodos para definir que subsídios à agricultura continuarão permitidos pela OMC. Após essa etapa, considerada a mais difícil, os governos terão de entrar na negociação de números para tarifas, subsídios e produtos a serem afetados pela liberalização comercial. Há um esforço para que haja resultados nas negociações até o início do segundo semestre, já que a sucessão presidencial nos EUA paralisará um dos sócios mais importantes da OMC.

**A nova geopolítica da energia** - Michael T. Klare - The Nation – Agencia Crta Maior – 22/05/2008

Os estrategistas militares norte-americanos estão se preparando para as futuras guerras que certamente serão empreendidas, não por questões de ideologia ou política, mas em luta por recursos crescentemente escassos. Estima-se que, juntos, os Estados Unidos e a China chegarão a consumir 35% das reservas mundiais de petróleo em 2025.



Os estrategistas militares norte-americanos estão se preparando para as futuras guerras que certamente serão empreendidas, não por questões de ideologia ou política, mas em luta por recursos crescentemente escassos.

Enquanto a atenção diária do exército norte-americano está concentrada no Iraque e Afeganistão, os estrategistas norte-americanos olham para além destes dois conflitos com o objetivo de prever o meio em que irá ocorrer o combate global em tempos vindouros. E o mundo que eles enxergam é um no qual a luta pelos recursos vitais — mais do que a ideologia ou a política de equilíbrio de poder — domina o campo da guerra. Acreditando que os EUA devem reconfigurar suas doutrinas e forças para prevalecer em semelhante entorno, os oficiais mais veteranos deram os passos necessários para melhorar seu planejamento estratégico e capacidade de combate. Apesar de que muito pouco disto tudo chegou ao domínio público, há um bom número de indicadores-chave.

A partir de 2006, o Departamento de Defesa, em seu relatório anual “*Capacidade Militar da República Popular da China*”, coloca no mesmo nível a competição pelos recursos e o conflito em torno de Taiwan como a faísca que poderia desencadear uma guerra com a China. A preparação de um conflito com Taiwan permanece como “uma razão importante” na modernização militar chinesa, segundo indica a edição de 2008, mas “uma análise das aquisições recentes do exército chinês e do seu pensamento estratégico atual sugere que Pequim também está desenvolvendo outras capacidades do seu exército, para outro tipo de contingências, como, por exemplo, o controle sobre os recursos.” O relatório considera, inclusive, que os chineses estão planejando melhorar sua capacidade para “projetar seu poder” nas zonas que em obtêm matérias-primas, especialmente combustíveis fósseis, e que esses esforços podem supor uma significativa ameaça para os interesses da segurança norte-americana.

O Pentágono também está solicitando, neste ano, fundos para o estabelecimento do Africa Command (Africom), o primeiro centro de mando unificado transatlântico desde que, em 1983, o presidente Reagan criou o Central Command (Centcom) para proteger o petróleo do Golfo Pérsico. A nova organização vai concentrar seus esforços, supostamente, na ajuda humanitária e na “guerra contra o terrorismo”. Mas em uma apresentação na Universidade Nacional de Defesa, o segundo comandante do Africom, o Vice-Almirante Robert Moeller, declarou que “a África tem uma importância geoestratégica cada vez maior” para os EUA — o petróleo é um fator-chave — e que entre os desafios fundamentais para os interesses estratégicos norte-americanos na região está a “crescente influência na África” por parte da China.

A Rússia também é contemplada através da lente da competição mundial pelos recursos. Apesar de que a Rússia, diferentemente dos EUA e da China, não precisa importar petróleo nem gás natural para satisfazer suas necessidades nacionais, esse país quer dominar o transporte de energia, especialmente para a Europa, o que tem causado alarme nos oficiais veteranos da Casa Branca, que receiam uma restauração do status da Rússia como superpotência e temem que o maior controle desse país sobre a distribuição de petróleo e gás na Europa e na Ásia possa enfraquecer a influência norte-americana na região.

Em resposta à ofensiva energética russa, a administração Bush está empreendendo contramedidas. “Tenho a intenção de nomear... um coordenador especial de energia, que dedicará especialmente todo o seu tempo à região da Ásia Central e do mar Cáspio”, informou, em fevereiro, a Secretária de Estado Condoleezza Rice ao Comitê de Assuntos Exteriores do Senado. “É uma parte verdadeiramente importante da diplomacia.” Um dos principais trabalhos deste coordenador, segundo declarou Rice, será o de promover a construção de oleodutos e gasodutos que circunvem a Rússia, com o objetivo de diminuir o controle desse país sobre o fluxo energético regional.

Tomados em conjunto estes e outros movimentos semelhantes sugerem que houve um deslocamento da política: em um momento em que as reservas mundiais de petróleo, gás natural, urânio e minérios industriais chave —como o cobre e o cobalto— começam a diminuir e a demanda por esses mesmos recursos está disparando, as maiores potências mundiais desesperam-se por conseguir o controle sobre o que resta das reservas ainda sem explorar. Estes esforços geralmente envolvem uma intensa guerra de lances nos mercados internacionais, o que explica os preços recordes que estão alcançando todos estes produtos, mas também adotam uma forma militar, quando começam a ser feitas transferências de armamento e são organizadas missões e bases transatlânticas. Para reafirmar a vantagem dos EUA —e para contrabalançar movimentos similares da China e outros competidores pelos recursos— o Pentágono situou a competição pelos recursos no próprio centro do seu planejamento estratégico.

**Alfred Thayer Mahan, revisitado** - Não é a primeira vez que os estrategistas norte-americanos dão máxima prioridade à luta global pelos recursos. No final do século XIX, um atrevido grupo de pensadores militares liderados pelo historiador naval e presidente do Naval War College, Alfred Thayer Mahan, e seu *protégé*, o então Secretário Assistente da Marinha, Theodore Roosevelt, fizeram uma campanha exigindo uma Marinha norte-americana forte e a aquisição de colônias que garantissem o acesso aos mercados de ultramar e às matérias-primas. Seus pontos de vista ajudaram pontualmente a aumentar o apoio da opinião pública à Guerra Hispano-Americana e, após sua conclusão, ao estabelecimento de um império comercial norte-americano no Caribe e no Pacífico.

Durante a Guerra Fria, a ideologia governou completamente a estratégia norte-americana de contenção da URSS e de derrota do comunismo. Mas mesmo nesse momento não foram totalmente abandonadas as considerações em torno dos recursos. A doutrina Eisenhower, de 1957, e a doutrina Carter, de 1980, apesar de acomodarem-se à habitual retórica anti-soviética da época, pretendiam sobretudo assegurar o acesso dos EUA às prolíficas reservas de petróleo do Golfo Pérsico. E quando o presidente Carter estabeleceu, em 1980, o núcleo do que mais tarde seria o Centcom, sua principal preocupação era a proteção do fluxo de petróleo proveniente do Golfo Pérsico, e não a contenção das fronteiras da União Soviética.

Após o fim da Guerra Fria, o presidente Bush tentou —e não conseguiu— estabelecer uma coalizão mundial de estados com ideologias afins (uma “Nova Ordem Mundial”), que deveria manter a estabilidade mundial e permitir aos interesses empresariais (com as companhias norte-americanas à frente) estender seu alcance por todo o planeta. Este enfoque, embora suavizado, foi adotado depois por Bill Clinton. Mas o ocorrido em

11-9 e a implacável campanha contra os “estados canalhas” (principalmente contra o Iraque de Saddam Hussein e o Irã) da atual administração Bush recolocaram o elemento ideológico no planejamento estratégico norte-americano. De acordo com o que foi apresentado por George W. Bush, a “guerra contra o terrorismo” e os “estados canalha” são os equivalentes contemporâneos das anteriores lutas ideológicas contra o fascismo e o comunismo. Examinando mais de perto estes conflitos, contudo, é impossível separar o problema do terrorismo no Oriente Médio, ou o desafio do Iraque e do Irã, da história da extração de petróleo naquelas regiões por parte de empresas ocidentais.

O extremismo islâmico, do tipo propagado por Osama Bin Laden e Al Qaeda na região, tem muitas raízes, mas uma das mais importantes afirma que o ataque ocidental e a ocupação de terras islâmicas —e a resultante profanação das culturas e povos muçulmanos— é produto da sede de petróleo dos ocidentais. “Lembrem também que a razão mais importante que os nossos inimigos têm para controlar nossas terras é a de roubar nosso petróleo”, disse Bin Laden para seus simpatizantes em uma gravação sonora datada em dezembro de 2004. “Ou seja, que devem fazer o que estiver em suas mãos para deter o maior roubo de petróleo da história.”

De modo similar, os conflitos dos EUA com o Iraque e Irã foram modelados pelo princípio fundamental da doutrina Carter, que diz que os EUA não permitirão que surja uma potência hostil que possa conseguir, em um momento dado, o controle do fluxo de petróleo no Golfo Pérsico, e com isso, em palavras do vice-presidente Cheney, “ser capaz de ditar o futuro da política energética mundial.” O fato de que estes países possivelmente estão desenvolvendo armas de destruição massiva somente complica a tarefa de neutralizar a ameaça que representam, mas não altera a lógica estratégica subjacente no fundo dos planos de Washington.

A preocupação sobre a segurança do fornecimento de recursos tem sido, então, uma característica central no planejamento estratégico há bastante tempo. Mas a atenção que agora se presta a essa questão representa uma mudança qualitativa no pensamento norte-americano, igualável apenas aos impulsos imperiais que levaram à Guerra Hispano-Americana um século atrás. Contudo, nesta ocasião o movimento está motivado não por uma fé otimista na capacidade norte-americana de dominar a economia mundial, mas por uma perspectiva francamente pessimista sobre a disponibilidade dos recursos vitais no futuro e pela intensa competição por eles, da qual participam a China e outros motores econômicos emergentes. Enfrentando este duplo desafio, os estrategistas do Pentágono acreditam que assegurar a primazia norte-americana na luta pelos recursos mundiais deve ser a prioridade número um da política militar norte-americana.

**Volta ao futuro** - Alinhada com este novo enfoque, a ênfase está colocada agora no papel mundial que deve desempenhar a Marinha norte-americana. Utilizando uma linguagem que teria sido surpreendentemente familiar para Alfred Mahan e o primeiro presidente Roosevelt, a Marinha, os *marines* e a guarda costeira revelaram em outubro um documento intitulado “*Uma estratégia cooperativa para o poder naval no século XXI*”, no qual se destaca a necessidade dos EUA de dominar os oceanos e garantir para si as principais rotas marítimas que conectam o país com seus mercados de ultramar e com as reservas de recursos.

Nas quatro décadas passadas, o comércio marítimo mundial quadruplicou: 90% do comércio mundial e dois terços do petróleo são transportados por mar. As rotas marítimas e a infra-estrutura costeira que as apóiam são a tábua de salvação da atual economia global. Expectativas de crescimento cada vez maiores e o aumento da competição pelos recursos, junto com a escassez, podem servir como motivação para que as nações façam cada vez mais reclamações de soberania sobre parcelas cada vez maiores do oceano, das vias fluviais e dos recursos naturais, e de tudo isso podem resultar potenciais conflitos.

Para enfrentar este perigo, o Departamento de Defesa empreendeu uma modernização total da sua frota de combate, o que inclui o desenvolvimento e obtenção de novos porta-aviões, destróieres, cruzadores, submarinos e um novo tipo de nave de “combate litorâneo” (armamento costeiro), um esforço que levará décadas completar e que consumirá centenas de milhares de milhões de dólares. Alguns dos elementos deste plano foram revelados pelo presidente Bush e pelo Secretário de Defesa Gates na proposta de orçamento para o ano fiscal 2009, apresentada no passado mês de fevereiro. Entre os artigos mais caros do orçamento destacam os seguintes:

- 4,2 bilhões de dólares para a principal embarcação de uma nova geração de porta-aviões com propulsão nuclear.

- 3,2 bilhões de dólares para um terceiro míssil para o destróier classe "Zumwalt". Estas embarcações de guerra com camuflagem avançada irão servir também como plataforma de teste para um novo tipo de mísseis cruzado, os CG(X).

- 1,3 bilhões de dólares para as duas primeiras embarcações de combate litorâneo.

- 3,6 bilhões de dólares para um novo submarino classe Virgínia, a embarcação de combate subaquático mais avançada do mundo, atualmente em produção.

Os programas de construção naval propostos terão um custo de 16,9 bilhões no ano fiscal de 2009, depois dos 24,6 bilhões de dólares votados para o ano fiscal 2007-2008.

O novo enfoque estratégico da Marinha reflete-se não só na obtenção de novas embarcações, mas também no posicionamento dos que já existem. Até pouco tempo atrás, a maioria dos ativos navais estavam concentrados no Atlântico Norte, no Mediterrâneo e no Pacífico Noroeste, em missões de apoio às forças da OTAN norte-americanas e em virtude dos pactos de defesa com a Coreia do Sul e o Japão. Estes vínculos aparecem de maneira muito destacada nos cálculos estratégicos, mas aumenta cada vez mais a importância da proteção dos enlaces comerciais vitais no Golfo Pérsico, no sudeste do Pacífico e no Golfo da Guiné (próximo aos maiores produtores de petróleo da África). Em 2003, por exemplo, o chefe do US European Command declarou que os porta-aviões de combate sob seu comando estariam menos tempo no Mediterrâneo e “durante metade do seu tempo desceriam para a costa oeste da África.”

Um enfoque similar guia a reestruturação das bases de ultramar, que em grande medida haviam permanecido intactas nos últimos anos. Quando a administração Bush chegou ao poder, a maioria das principais bases estavam na Europa Ocidental, no Japão ou

na Coreia do Sul. Por insistência do então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, o Pentágono começou a mobilizar forças da periferia da Europa e da Ásia para suas regiões centrais e do sul, especialmente a Europa Central e Oriental, o centro da Ásia e o sudeste asiático, assim como no norte e centro da África. É verdade que essas zonas são o lar da Al Qaeda e dos “estados-canalha” do Oriente Médio, mas também é verdade que aí está 80% ou mais das reservas mundiais de gás natural e petróleo, assim como reservas de urânio, cobre, cobalto e outros materiais industriais cruciais. E, como já foi dito antes, é impossível separar uma coisa da outra nos cálculos estratégicos norte-americanos.

Outro ponto importante a considerar é o plano norte-americano para manter uma infra-estrutura básica com a finalidade de apoiar as operações de combate na bacia do Mar Cáspio e na Ásia Central. Os vínculos americanos com os estados desta região foram estabelecidos anos antes do 11-9 para proteger o fluxo do petróleo do Mar Cáspio para o Ocidente. Acreditando que a bacia do mar Cáspio seria uma nova e valiosa fonte de petróleo e gás natural, o presidente Clinton trabalhou aplicadamente para abrir as portas à participação norte-americana na produção energética da zona, e embora advertido dos antagonismos étnicos endêmicos da região, tentou reforçar a capacidade militar das potências aliadas do lugar e preparar uma possível intervenção das forças norte-americanas na zona. O presidente Bush redobrou estes esforços, aumentando o fluxo da ajuda militar norte-americana e estabelecendo bases militares nas repúblicas da Ásia Central.

Uma mistura de prioridades governa os planos do Pentágono para reter uma constelação de bases “duradouras” no Iraque. Muitas destas instalações serão, sem dúvida, utilizadas para continuar dando apoio às operações contra as forças insurgentes, para atividades de inteligência militar e para o treinamento do exército e unidades policiais iraquianas. Mesmo se todas as tropas de combate norte-americanas fossem retiradas, de acordo com os planos anunciados pelos senadores Clinton e Obama, algumas destas bases seriam, com toda probabilidade, mantidas para atividades de treinamento, que tanto Clinton quanto Obama já afirmaram que irão continuar. Por outro lado, pelo menos algumas das bases estão especificamente dedicadas à proteção das exportações de petróleo iraquiano. Em 2007, por exemplo, a Marinha revelou que tinha construído uma instalação de direção e controle sobre e ao longo de um terminal de petróleo iraquiano no Golfo Pérsico, com a finalidade de supervisionar a proteção dos terminais de extração mais importantes da zona.

**Uma luta global** - Nenhuma outra das principais potências mundiais é capaz de igualar os Estados Unidos na hora de mobilizar sua capacidade militar na luta pela proteção das matérias-primas de vital importância. Contudo, as outras potências estão começando a desafiar seu domínio de várias maneiras. China e Rússia, em especial, estão proporcionando armas aos países em vias de desenvolvimento produtores de petróleo e gás e estão, também, começando a melhorar sua capacidade militar em zonas-chave de produção energética.

A ofensiva chinesa para ganhar acesso às reservas estrangeiras é evidente na África, onde Pequim estabeleceu vínculos com os governos produtores de petróleo da Argélia, Angola, Chade, Guiné Equatorial, Nigéria e Sudão. A China também tem procurado acesso às abundantes reservas minerais africanas, perseguindo as reservas de cobre da Zâmbia e do Congo, de cromo no Zimbábue e um leque de diferentes minerais na África do Sul. Em

cada caso os chineses têm conquistado o apoio destes países provedores com uma diplomacia ativa e constante, ofertas de planos de assistência para o desenvolvimento e empréstimos com juros baixos, chamativos projetos culturais e, em muitos casos, com armamento. A China é agora o maior provedor de equipamentos básicos de combate para muitos destes países, e é especialmente conhecida por vender armas para o Sudão, armas que têm sido utilizadas pelas forças governamentais em seus ataques contra as comunidades civis de Darfur. Além disso, assim como os EUA a China tem complementado suas transferências de armas com acordos de apoio militar, o que leva a uma presença constante de instrutores, conselheiros e técnicos chineses na zona, competindo com seus homólogos norte-americanos pela lealdade dos oficiais militares africanos.

O mesmo processo está ocorrendo, em grande medida, na Ásia Central, onde China e Rússia cooperam, com o auspício da *Shanghai Cooperation Organization* (SCO), para proporcionar armamento e assistência técnica aos "istãos" da Ásia Central [Kazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguizistão], mais uma vez competindo com os EUA para conquistar a lealdade das elites militares locais. Nos anos 1990 a Rússia esteve preocupada demais com a Chechênia para prestar atenção a esta zona, e a China, por sua vez, estava concentrada em outras questões, que considerava prioritárias, ou seja que Washington contou com uma vantagem temporária. Contudo, nos últimos cinco anos Moscou e Pequim têm concentrado seus esforços em ganhar influência na região. O resultado de tudo isso é uma paisagem geopolítica muito mais competitiva, com Rússia e China, unidas através da SCO, ganhando terreno em sua ofensiva para minimizar a influência norte-americana na região.

Uma amostra clara desta ofensiva foi o exercício militar realizado pela SCO no passado verão, o primeiro desta natureza, no qual participaram todos os estados membros. As manobras envolveram um total de 6.500 membros, procedentes do pessoal militar da China, Rússia, Kazaquistão, Quirguizistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, e ocorreram na Rússia e na China. Além do seu significado simbólico, o exercício era indicativo dos esforços chineses e russos para melhorar suas capacidades militares, dando forte ênfase a tudo o que tivesse relação com suas forças de assalto a longa distância. Pela primeira vez um contingente de tropas chinesas aerotransportadas foi mobilizado fora do território chinês, um sinal claro da crescente autoconfiança de Pequim.

Para garantir que a mensagem destes exercícios não passasse despercebida, os presidentes da China e da Rússia aproveitaram a ocasião para organizar uma cúpula da SCO no Quirguizistão e advertir os Estados Unidos (embora esse país não tenha sido mencionado) de que não permitiriam intromissões de nenhum tipo nos assuntos da Ásia Central. Em seu chamamento por um mundo "multipolar", por exemplo, Vladimir Putin declarou que "qualquer tentativa de resolver problemas mundiais e regionais de maneira unilateral será em vão." Por sua vez, Hu Jintao fez notar que "as nações da SCO conhecem com clareza as ameaças que a região enfrenta e devem garantir sua proteção por si mesmas."

Estes e outros esforços da China e da Rússia, combinados com a escalada de ajuda militar norte-americana para alguns estados da região, são parte de uma maior, embora muitas vezes oculta, luta pelo controle do fluxo do petróleo e do gás natural da bacia do

Mar Cáspio para os mercados da Europa e da Ásia. E esta luta, por sua vez, não é mais do que parte da luta mundial pelo controle da energia.

O maior risco desta luta é que ela, algum dia, exceda os limites da competição econômica e diplomática e entre em cheio no terreno militar. Não acontecerá, é claro, porque algum dos estados envolvidos tome a decisão deliberada de provocar uma guerra contra um dos seus concorrentes, porque os líderes de todos estes países sabem com certeza que o preço da violência é alto demais considerando o que obteriam em troca. O problema é, em compensação, que todos eles estão tomando parte em ações que fazem com que o início de uma escalada involuntária seja cada dia mais plausível. Estas ações incluem, por exemplo, a mobilização de um número cada vez mais elevado de conselheiros e instrutores militares americanos, russos e chineses em zonas de instabilidade nas quais estes estrangeiros podem acabar, qualquer dia, apanhados em bandos opostos em conflito.

O risco é ainda maior se considerarmos que a produção intensificada de petróleo, gás natural, urânio e minerais é, em si, uma fonte de instabilidade, que age como um ímã para as entregas de armamento e a intervenção estrangeira. As nações envolvidas são quase todas pobres, portanto aquele que controlar os recursos vai controlar as únicas fontes seguras de abundante riqueza material. Esta situação é um convite para a monopolização do poder para que as elites cobiçosas utilizem seu controle sobre o exército e a polícia para eliminar seus rivais. O resultado de tudo isso é, quase sem exceção, a criação de um bando de capitalistas instalados firmemente no poder, os quais utilizam com brutalidade as forças de segurança e terminam rodeados por uma enorme massa de população desafeta e empobrecida, freqüentemente pertencente a um grupo étnico diferente, um caldo de cultivo idôneo para os distúrbios e a insurgência. Esta é, hoje em dia, a situação na zona do delta do Níger, na Nigéria, em Darfur e no sul do Sudão, nas zonas produtoras de urânio do Níger, no Zimbábue e na província de Cabinda, na Angola (onde está a maior parte do petróleo do país) e outras muitas zonas que sofrem o que tem sido denominado como “maldição dos recursos.”

O perigo está, nem precisa dizer, em que as grandes potências acabem imersas nestes conflitos internos. Não estamos traçando um cenário extemporâneo: EUA, Rússia e China estão proporcionando armamento e serviços de apoio militar às facções de muitas das disputas antes mencionadas: os EUA estão armando as forças governamentais na Nigéria e de Angola, a China proporciona ajuda às forças governamentais no Sudão e no Zimbábue, e a mesma coisa ocorre com o resto dos conflitos. Uma situação inclusive mais perigosa é a que existe na Geórgia, onde os EUA dão respaldo ao governo pró-ocidental do presidente Mijail Saakashvili, com armamento e apoio militar, enquanto a Rússia apóia as regiões separatistas de Abkhazia e Ossétia do Sul. A Geórgia tem um importante papel estratégico para ambos os países, porque é lá que está o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que tem o aval dos EUA e transporta petróleo do Mar Cáspio para os mercados ocidentais. Atualmente, há conselheiros e instrutores militares norte-americanos e russos em ambas as regiões, em alguns casos inclusive há contato visual entre uns e outros. Não é difícil, portanto, conjecturar um cenário no qual um choque entre as forças separatistas e a Geórgia leve, querendo ou não, a um enfrentamento entre soldados russos e americanos, dando lugar a uma crise muito maior.

É essencial que os EUA consigam inverter o processo de militarização da sua dependência de energia importada e diminuam sua competição com a China e a Rússia pelo controle de recursos estrangeiros. Fazendo isso, seria possível canalizar o investimento para as energias alternativas, o que levaria a uma produção energética nacional mais efetiva (com uma redução de preços no longo prazo) e proporcionaria uma ótima oportunidade para reduzir a mudança climática.

Qualquer estratégia focada em reduzir a dependência da energia importada, especialmente o petróleo, deve incluir um aumento do gasto em combustíveis alternativos, sobretudo fontes renováveis de energia (solar e eólica), a segunda geração de biocombustíveis (aqueles que são feitos a partir de vegetais não comestíveis), a gaseificação do carvão capturando as partículas de carbono no processo (de maneira que nenhuma dioxina de carbono escape para a atmosfera contribuindo com o aquecimento do planeta) e células de combustível hidrogênio, junto com um transporte público que inclua trens de alta velocidade e outros sistemas de transporte público avançados. A maior parte da ciência e da tecnologia para implementar estes avanços já está disponível, mas não as bases para tirá-los do laboratório ou da etapa de projeto piloto e promover seu desenvolvimento completo. O desafio é, então, o de reunir os milhares de bilhões —talvez trilhões— de dólares que serão necessários para isso.

O principal obstáculo para esta tarefa hercúlea é que desde o início choca com o enorme gasto que representa a competição militar pelos recursos de ultramar. Pessoalmente, considero que o custo atual de impor a doutrina Carter está entre os 100 e os 150 bilhões de dólares, sem incluir a guerra do Iraque. Estender essa doutrina para a bacia do Mar Cáspio e a África vai acrescentar muitos outros bilhões a essa conta. Uma nova guerra fria com China, com sua correspondente corrida armamentista naval, exigirá trilhões em gastos adicionais militares nas próximas décadas. Uma loucura: o gasto não vai garantir o acesso a mais fontes de energia, nem fará baixar o preço da gasolina para os consumidores, nem vai desanimar a China na sua busca por novas fontes de energia. O que realmente vai fazer será consumir o dinheiro que precisamos para desenvolver fontes de energia alternativas com as quais conjurar os piores efeitos da mudança climática.

Tudo isso nos leva à recomendação final: mais do que embarcar em uma competição militar com a China, o que deveríamos fazer é cooperar com Pequim no desenvolvimento de fontes de energia alternativas e sistemas de transporte mais eficazes. Os argumentos a favor da colaboração são esmagadores: estima-se que, juntos, os Estados Unidos e a China chegarão a consumir 35% das reservas mundiais de petróleo em 2025, e a maior parte dele terá que ser importado de estados disfuncionais. Se, como indicam amplamente as previsões, as reservas mundiais de petróleo começarem a diminuir nessa época, nossos países estarão presos em uma perigosa luta por recursos cada vez mais limitados a zonas cronicamente instáveis do mundo. Os custos disso, em termos de gastos militares cada vez maiores e de uma inabilidade manifesta para investir em projetos sociais, econômicos e de meio ambiente que realmente valham a pena, serão inaceitáveis.

Razão de sobra para renunciar a este tipo de competição e trabalhar juntos no desenvolvimento de alternativas ao petróleo, nos veículos eficientes e em outras inovações energéticas. Muitas universidades e corporações chinesas e norte-americanas já começaram



a desenvolver projetos conjuntos desta natureza, ou seja, que não deveria ser difícil prever um regime de cooperação ainda maior.

Na medida que em que vamos nos aproximando das eleições de 2008, abrem-se dois caminhos à nossa frente. Um nos leva a uma maior dependência dos combustíveis importados, a uma militarização crescente da nossa relação de dependência do petróleo estrangeiro e a uma luta prolongada com outras potências pelo controle das maiores reservas existentes de combustíveis fósseis. A outra, leva a uma dependência atenuada do petróleo como fonte principal dos nossos combustíveis, ao rápido desenvolvimento de alternativas energéticas, a um baixo perfil das forças norte-americanas no estrangeiro e à cooperação com a China no desenvolvimento de novas opções energéticas. Rara vez uma eleição política teve maior transcendência para o futuro do nosso país.

*\* Michael T. Klare é professor de Paz e Segurança mundial na Universidade de Hampshire. Seu último livro, "Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy", foi publicado por Metropolitan Books em abril. \*Tradução: Naila Freitas / Verso Tradutores*

**Câmara derruba veto de Bush, mas terá de refazer a lei** – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2008

Por 316 votos a 108, a Câmara dos Representantes derrubou o veto de ontem do presidente George W. Bush à lei agrícola aprovada no Congresso dos Estados Unidos.

Todo o processo, porém, terá de ser refeito, pois a Casa identificou que a versão do texto apresentada a Bush estava incompleta, afirmaram legisladores. De acordo com um porta-voz do líder democrata Steny Hoyer, uma "opção provável" seria aprovar um novo texto ainda hoje. Dois republicanos disseram que o Congresso terá de reenviar a lei a Bush.

O presidente havia afirmado que o orçamento da lei agrícola -de US\$ 289 bilhões para os próximos cinco anos- prevê muitos recursos para um setor que vive uma fase de lucros recordes.

Para Guilherme Dias, professor da USP especializado em economia agrária, a "farm bill" mostra que "os EUA caminham na contramão" com relação ao protecionismo agrícola, num momento em que a União Européia reduz subsídios. *\*Com a Reuters*

**Amorim diz que críticas a etanol e biodiesel vêm de elite oligárquica** - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 22/05/2008

BRASÍLIA. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem, após participar de uma audiência pública sobre o Mercosul no Senado, que empresários e governo brasileiro estão trabalhando na criação de um selo sócio-ambiental para os biocombustíveis, o que derruba a interpretação de que no Brasil não há preocupação com as condições trabalhistas e ambientais.

Segundo Amorim, as críticas aos programas de etanol e biodiesel não se fundamentam e são feitas por uma “elite oligárquica”: — Não quero ter uma teoria conspiratória, mas há setores que se incomodam quando surgem países que mexem na ordem mundial, como o Brasil está fazendo positivamente.

Há resistências, e nós temos de nos acostumar com isso.

Isso incomoda aquelas estruturas que já estão acostumadas com uma certa maneira de dominação, que formam parte de uma elite oligárquica nas relações internacionais.

Ministro admite fechar rodada da OMC este ano Para o ministro, o Brasil enfrentará problemas pelos biocombustíveis em diversas áreas, incluindo comércio e a Amazônia — que, segundo ele, “não está à venda” e deve continuar sendo administrada pelos brasileiros. Amorim disse ainda que o Brasil está tentando mostrar ao mundo que essa energia é limpa e melhor que a baseada em combustíveis fósseis: — O Brasil é um país em que a natureza aparece em qualquer lugar, diferentemente desses países onde você só vê prédios, porque já destruíram boa parte das florestas.

O Brasil pode melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e isso se aplica tanto à questão da Amazônia quanto aos trabalhadores nos canaviais — afirmou.

Indagado sobre um possível acordo para a conclusão da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), o chanceler afirmou que os rascunhos não solucionaram todos os impasses, mas evitaram “uma derrapagem”. Ele se disse otimista e afirmou que é possível que a Rodada de Doha seja concluída até o fim do ano.

**Senado dos EUA anula veto de Bush à Lei Agrícola** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2008

O Senado dos Estados Unidos revogou o veto do presidente George W. Bush à Lei Agrícola (“farm bill”), mas as discussões sobre a validade da legislação ainda devem continuar. O problema é que a lei que tinha sido aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Representantes na semana passada foi encaminhada para Bush sem 1 dos 15 capítulos. Agora, os legisladores discutem se a maior parte do projeto já se tornou lei ou se é preciso uma nova votação. Anteontem, os deputados tinham tornado nulo o veto do presidente -foi a segunda vez que o Congresso americano revogou um veto de Bush. A “farm bill” prevê gasto total de US\$ 289 bilhões nos cinco anos de sua duração, mantém a tarifa cobrada ao álcool brasileiro por mais dois anos e diminui o valor do incentivo dado aos produtores do biocombustível local. O subsídio ao álcool de milho -base do biocombustível americano-será reduzido de US\$ 0,51 para US\$ 0,45 por galão (3,79 litros).

## **O nascimento da Unasul e seus desafios - Roberto Romero – Carta Maior – 24/05/2008**

O acordo constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) prevê diálogo político, integração física e energética, defesa do meio ambiente, adoção de mecanismos financeiros sul-americanos, superação das assimetrias regionais e criação de uma aliança militar sem os EUA.

No longo caminho da América Latina em defesa da soberania e às vésperas dos 200 anos do grito de independência em toda a região, uma nova cúpula de presidentes quer assentar as bases da integração sem os Estados Unidos.

Trata-se de um acontecimento histórico. Neste 23 de maio, os chefes de Estado de 12 nações assinaram, em Brasília, o Acordo Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cujas bases estão sendo estabelecidas desde 2004 em instâncias da Venezuela, Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Equador, e que deixa para trás a inoperante Comunidade Sul-Americana de Nações.

Suas áreas de atuação, definidas na Cúpula de Brasília de 30 de setembro de 2005, são o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, a inclusão social, a justiça social e as telecomunicações. E uma aliança militar sem os EUA.

A I Cúpula Energética Sul-Americana, na Ilha de Margarita, Venezuela, em 16 de abril de 2007 - chamada pelo presidente Chávez de "cúpula perfeita" devido às suas determinações concretas no caminho da integração - assentou as bases definitivas para a Unasul. O acordo adotado então foi o de caminhar para uma cúpula de chefes de Estado na qual seria assinado o tratado final, sendo determinado que a Colômbia seria o país anfitrião e que a reunião seria realizada em dezembro de 2007.

Viria, então, o *vai-não-vai* do governo colombiano. Adiou o encontro de dezembro e, depois, outro marcado para janeiro. A situação tornou-se tão insustentável que o chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, exigiu, em 19 de janeiro, "que fosse fixada imediatamente uma data para a Cúpula presidencial de países da América do Sul", acrescentando que o encontro deveria ter sido estabelecido há muitas semanas, "mas foi sendo adiado com desculpas".

Maduro opinou que essa indefinição "está relacionada com as tentativas de que a Unasul não vingue. Estes projetos sempre têm obstáculos naqueles que não acreditam na união da América do Sul, porque continuam pensando que o futuro do continente é ser escravo dos interesses do poder norte-americano". O presidente Chávez foi ainda mais direto, afirmando que Uribe coloca obstáculos à reunião por ordem de Washington.

Posteriormente, a chancelaria colombiana fixou o encontro para o dia 28 e 29 de março, em Cartagena. Mas a agressão contra o Equador turvou novamente o ambiente. O Brasil, então, mobilizou todas as suas relações para salvar a iniciativa, conseguindo um consenso para reunir os 12 presidentes da América do Sul neste 23 de maio.

A América do Sul é uma região que apresenta um enorme potencial. Possui uma extensão de 17.6 milhões de quilômetros quadrados. A diversidade do seu território guarda ecossistemas diversos, como o Caribe, a Amazônia, a Cordilheira andina, o Pantanal, a Pampa, o Cerrado ou as regiões geladas do sul do continente. Sua população é de 377 milhões de habitantes e seu produto interno bruto de US\$ 1,5 trilhão.

Por outro lado, a região é fundamental para o futuro da humanidade, uma vez que possui abundantes recursos energéticos renováveis e não renováveis, grandes reservas minerais, significativos mananciais de água, um enorme potencial de produção de alimentos e riquíssima biodiversidade. Dispõe, além disso, de um importante e diversificado parque industrial, universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica de excelência. Não há dúvida, então, que as potências, especialmente os EUA, querem estender seu domínio na região.

**OEA não fica à altura** - Por outro lado, não têm sido poucas as tentativas, no passado, de fortalecer a independência orgânica da América Latina. Mas a corda norte-americana sempre terminou se impondo e atando os destinos destes povos aos ditames da América do Norte. Por isso é difícil entender que não exista no continente uma organização que agrupe todos os países latino-americanos e, através dela, resolva seus problemas políticos, econômicos, sociais e de defesa, diametralmente opostos aos interesses de Washington.

A Organização de Estados Americanos, OEA, não tem sido o fórum apropriado para que os povos do hemisfério possam dialogar e entender-se. Ali sempre tem primado um forte ruído, orquestrado por governos subordinados aos interesses dos EUA, que historicamente têm levado a OEA a ficar de costas para a realidade.

Basta lembrar alguns casos proeminentes. Diante das agressões armadas dos EUA na República Dominicana, em 1963, e no Panamá, em 1989, a OEA escolheu o caminho da cumplicidade criminosa. A organização também abandonou a Argentina, quando esse país tentou retomar as Ilhas Malvinas, que estavam em mãos inglesas. Mais recentemente, foi incapaz de condenar a Colômbia pelo ataque ao Equador, como exigia o país agredido. O que fez com que viesse à tona, novamente, a necessidade de uma organização de estados latino-americanos.

**Integração militar sem os EUA** - Ponto crucial da cúpula de fundação da Unasul será, sem dúvida, a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, no momento em que os Estados Unidos decidem restabelecer a IV frota militar nos mares da América Latina, a qual começará a operar plenamente em julho próximo. Essa frota nasceu em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, para reforçar a defesa do continente contra ataques de aviões e submarinos alemães e japoneses, mas foi dissolvida cinco anos depois de terminado o conflito.

O ministro de Defesa do Brasil, Nelson Jobim, autor da iniciativa, que nas últimas semanas visitou todos os países sul-americanos para expor a proposta de integração militar, já antecipou que o presidente Lula da Silva vai submeter a proposta aos outros chefes de Estado da Unasul.

O Conselho Sul-americano de Defesa, segundo é concebido pelo Brasil, não pressupõe uma aliança militar convencional, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), senão que é um fórum para promover o diálogo entre os Ministérios de Defesa da região.

A proposta é criar um mecanismo de integração que permita discutir as realidades e necessidades de Defesa dos países sul-americanos; reduzir os conflitos e desconfianças e assentar as bases para a futura formulação de uma política comum de Defesa. Jobim, ao ser interrogado pelo secretário de Defesa norte-americano sobre o que poderiam fazer os EUA frente à criação do comando de defesa sul-americano, teria respondido: "manter-se à distância".

O mecanismo, segundo o ministro, pode garantir a estabilidade em uma região cobiçada por suas importantes reservas de água, recursos energéticos e alimentos, além de "prevenir" situações como a crise provocada pela recente incursão de tropas da Colômbia em território equatoriano.

**As cautelas de Uribe** - Quanto à receptividade da idéia, Jobim disse que tem recebido respostas entusiasmadas de países como a Venezuela, Equador e Chile, especialmente dos presidentes Hugo Chávez e Michele Bachelet, mas também dúvidas de outros.

Indicou que o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, apesar de ter sido "muito cauteloso", "não rejeitou a proposta" e prometeu "estudá-la com atenção", e acrescentou que o país andino precisa levar em consideração que poderia ficar isolado.

A presença de Uribe, que decidiu participar da iniciativa na última hora, talvez para não ignorar o conselho de Jobim, será muito incômoda, principalmente diante da criação deste mecanismo de defesa. Ele prefere manter-se na OEA e apoiar o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), criado em 1947, fruto da guerra fria, ao qual o México renunciou em setembro de 2002, sem que outras nações seguissem o exemplo.

Em uma entrevista publicada pelo jornal *The Miami Herald*, em 22 de setembro de 2002, assim que foi dada a conhecer a decisão mexicana, Uribe considerou necessário modernizar o TIAR, focando-o na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, uma vez que, do seu ponto de vista, a maior ameaça para a região é, atualmente, a violenta oposição interna.

Dois anos depois, em 19 de novembro de 2004, em Quito, durante a VI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, que contou com a presença do secretário norte-americano Donald Rumsfeld, o mesmo que dirigiu a invasão do Iraque, Jorge Alberto Uribe, ministro de defesa da Colômbia, retomou a iniciativa do seu mentor, colhendo o maior isolamento já visto em um fórum dessa natureza.

Os ministros evitaram que os EUA e a Colômbia impusessem o critério de transformar o continente em um bloco antiterrorista com a participação militar de todos os

países. E teve ainda menos eco a proposta de Uribe de fazer uma lista de organizações terroristas da região que deviam ser combatidas com o esforço militar conjunto.

O Brasil, e é preciso ver isso agora como um antecedente da sua atual iniciativa, disse naquela ocasião, através do seu vice-presidente, José Alencar, que "as Forças Armadas não podem mudar seu papel constitucional de defesa da soberania para dedicar-se ao combate contra o terrorismo nem aos delitos transnacionais como o narcotráfico". "É necessário manter o direito de cada Estado de identificar suas prioridades", destacou.

O que fará Uribe diante desse quadro, considerando que ele acabou de expressar (21 de maio) que não descarta que a base militar norte-americana de Manta, no Equador, seja deslocada para a Colômbia, corroborando o que afirmou o embaixador dos EUA em Bogotá há poucas semanas, no mesmo sentido?

Vai colocar sua assinatura em um tratado que descarta uma aliança militar com os EUA, que voltaram todos os seus olhos para o domínio na região através do Plano Colômbia, e com uma "ajuda" militar que passa, na última década, dos 6 bilhões de dólares?

E o que vai fazer Uribe, como signatário do acordo, com os mil assessores e militares norte-americanos que passeiam como se estivessem em casa por bases e quartéis da Colômbia, sabendo que o eixo doutrinário exposto pelo Brasil, com o respaldo quase unânime das chancelarias da América do Sul, não é integrar as forças armadas dos dois países, mas convergir em uma estratégia de defesa regional comum, que tem como um de seus principais objetivos o de manter os militares dos EUA fora da região?

Ele tomou o caminho do isolamento. Um dia antes de viajar para uma cúpula onde não teria qualquer papel, declarou que a Colômbia não faria parte do Conselho Sul-Americano de Defesa, nem iria assumir a Presidência desse bloco regional, como estava previsto. Contudo, ele não poria obstáculos à instalação de uma base militar norte-americana em seu território, se Washington precisar disso para "derrotar o narcotráfico".

"A Colômbia tem dificuldades para participar", justificou. "A Colômbia, nas presentes circunstâncias, tem que deixar alguns pontos-de-vista claros e não é o momento para que a Colômbia participe dessa iniciativa de segurança", afirmou o mandatário. Prefere não ficar mal com Washington e continuar recebendo suas generosas dádivas.

A Colômbia, o primeiro exército da região, por sua tropa e frota de helicópteros, com mais de 400 mil homens em armas e o maior orçamento de guerra do mundo, per capita, fará parte de um consenso que vai contra sua própria doutrina belicista, reafirmada após agredir a soberania de outro Estado, -o território equatoriano- com o argumento de "agir em defesa própria" e com o único respaldo de Washington, que salvou seu voto na OEA quando rejeitou a agressão?

Não há dúvida de que a proposta brasileira, que tomou forma a partir da agressão colombiana ao Equador, aponta para o isolamento ainda maior de Uribe, sabendo que assim se aplica um golpe aos interesses norte-americanos na região. Sem deixar de lado que o

Brasil, como principal provedor de aviões de guerra na América Latina, fortalece seu apetitoso mercado. Acaba de assinar um contrato para a venda de 24 Tucanos para o Equador e em breve acertará a venda de aeronaves de guerra para a Venezuela, rompendo o boicote de Washington.

De qualquer modo, a iniciativa, de certa maneira, dá carne e osso à recente proposta de Chávez de formar um Conselho de Defesa e Forças Militares da Alternativa Bolivariana para os povos da América (ALBA), que só recebeu apoio da Nicarágua. Com a vantagem de que agora já não se trata do "iniludível" debate sobre o problema da defesa coletiva dos países da região, diante das mudanças estruturais que estão aparecendo, mas da expressão concreta de estabelecer, pela primeira vez na América Latina, um mecanismo de proteção capaz de dissuadir - e mesmo rechaçar - intervenções imperiais em assuntos soberanos da região. \*Tradução: Naila Freitas/Verso Tradutores

**Unasul deve agilizar integração dos países andinos ao Mercosul** – Cláudio Dantas Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008

**Tratado assinado por 12 países da América do Sul confere personalidade jurídica internacional para o subcontinente - Em entrevista coletiva, Lula disse estar de "alma lavada" com a criação da Unasul; presidentes discutem a crise entre Equador e Colômbia**

A Unasul (União das Nações Sul-americanas) foi instituída formalmente ontem, em Brasília, com a assinatura do Tratado Constitutivo. O documento, assinado por 11 presidentes e um vice-presidente, confere personalidade jurídica internacional ao subcontinente.

Trocando em miúdos, a América do Sul ganha status de organização internacional, reconhecida na ONU (Organização das Nações Unidas) e capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais. Exemplo desse tipo de autoridade supraestatal é a União Européia. Em tese, a Unasul deverá auxiliar na convergência dos outros blocos já existentes no continente, o Mercosul e a Comunidade Andina, mas com estrutura independente e orçamento próprio.

Só que, enquanto o bloco europeu levou 50 anos para se constituir, o sul-americano queimou etapas e o fez em apenas quatro. O texto do tratado foi negociado por 16 meses entre representantes de todos os 12 governos sul-americanos.

O desafio é tirar do papel tantas boas intenções. Além de estabelecer as regras de funcionamento burocrático da Unasul, o tratado define metas para a integração em diferentes áreas: cooperação econômica e comercial; cadeias de produção; pesquisa e inovação; promoção da diversidade cultural; intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa; e segurança pública.

Em discurso, Lula disse que "o tratado não é um fim em si mesmo". Segundo ele, é preciso avançar em projetos inovadores. "Queremos avançar rapidamente em áreas prioritárias, como integração financeira e energética, ferroviária e rodoviária, além da defesa", disse.

**Atraso** - Como anfitrião, Lula foi o primeiro a discursar, seguido pelo presidente boliviano, Evo Morales, e pela chilena Michelle Bachelet. Eles ressaltaram o ineditismo de estarem ali um indígena, um sindicalista e uma mulher, todos presidentes. A cúpula foi realizada no Centro de Convenções Ulisses Guimarães. "Não poderia ser mais propício um lugar batizado com o nome do pai da nossa Constituição democrática", disse Lula. O evento começou com atraso de duas horas, por causa da demora no café da manhã entre Lula e os presidentes Rafael Correa (Equador) e Hugo Chávez (Venezuela). Com o atraso, o presidente peruano, Alán García, abandonou o local logo após assinar o tratado.

A única ausência entre os presidentes foi a do uruguaio Tabaré Vázquez, que enviou o vice Rodolfo Nin Novoa. Segundo a **Folha** apurou, Vázquez avisou que não iria com três semanas de antecedência, em parte por duvidar dos resultados concretos da reunião. Após abertura da cúpula, os presidentes se reuniram a portas fechadas para discutir a crise entre Equador e Colômbia. Em entrevista coletiva, Lula disse estar de "alma lavada" com a criação da Unasul e a comparou à União Européia. **\*(CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA)**

**Falta de consenso impede a criação do Conselho de Defesa** – Claudio Dantas Sequeira, Fernanda Odilla e Gustavo Patu – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008

**Presidentes sul-americanos criam a Unasul, nova organização do subcontinente - Colômbia e Venezuela apresentam restrições à proposta para novo órgão de defesa, defendido pelo ministro Nelson Jobim**

A falta de consenso sobre o papel que deverá ter o Conselho de Defesa da América do Sul impediu a assinatura de um acordo para a criação do órgão ontem, em Brasília. O impasse levou a presidente chilena, Michelle Bachelet, a sugerir que seja formado um grupo de trabalho no âmbito da Unasul (União das Nações Sul-americanas), criada ontem e que terá o Chile ocupando pela primeira vez a presidência rotativa. "Num prazo de 90 dias vamos revisar a proposta de Lula, recolher as preocupações dos outros países e apresentar uma proposta definitiva", disse Bachelet. Mas os próximos três meses não deverão ser suficientes para garantir consenso.

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, condicionou sua adesão ao órgão de segurança a que todos os países da região reconheçam as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como grupo terrorista. "Num país que tem sofrido tanto como a Colômbia, o continente deve atrever-se a qualificar como terrorista a todo grupo violento que atenta contra a democracia", disse. Uribe expôs ao presidente Lula o que chamou de "ponto de reflexão ao diálogo".



O adiamento foi um revés para o ministro da Defesa, Nelson Jobim, principal entusiasta do projeto e que esperava a aprovação imediata do acordo. Segundo a **Folha** apurou, não foi apenas a negativa da Colômbia de se unir aos demais países que inviabilizou temporariamente o projeto. Enquanto o governo brasileiro prefere dar um status de foro político ao órgão, Venezuela e Bolívia defendem que o conselho tenha um papel operacional e amplo, abrangendo áreas como segurança energética e combate ao narcotráfico.

Para tanto, o presidente Hugo Chávez sugeriu a Lula que o futuro órgão tenha capacidade de ação regional e orçamento próprio. "Não queremos que seja uma Otan do Sul", disse à **Folha** o ministro da Defesa venezuelano, Gustavo Rangel.

Segundo ele, os países da região deveriam resolver seus problemas internamente, sem precisar recorrer a potências estrangeiras. "Por que teríamos que recorrer a um Plano Colômbia norte-americano, se pudéssemos fazer algo com nossos próprios meios?". Uribe, Chávez e o presidente equatoriano, Rafael Correa, estão em conflito desde que militares colombianos invadiram o território do Equador, no início do ano, para eliminar o guerrilheiro Raúl Reyes, porta-voz das Farc. A crise piorou depois que o colombiano acusou os dois vizinhos de apoiarem a guerrilha.

O assessor do Planalto para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, considerou o debate um "pequeno passo", uma vez que "outros processos de integração regional até hoje não conseguiram resolver esse problema da defesa comum".

O ministro da Defesa venezuelano falou também do desacordo de Chávez com a atividade do Brasil na missão de paz no Haiti (Minustah). "A fase de garantia da segurança já está superada. É preciso mudar o perfil dessa missão, substituindo as ações de polícia por atividades sociais e desenvolvimento de projetos", afirmou.

Lula, por sua vez, não admite críticas à participação brasileira na operação de paz no Haiti e fez questão de ressaltar isso no discurso de abertura do evento. "Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz. A presença de muitos de nossos países na Minustah, forças da ONU que garantem a segurança no Haiti, é exemplo dessa determinação."

**Lula tenta conter tensão diplomática na região** – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu ontem o papel de pacificador para impedir que as tensões diplomáticas entre Colômbia, Venezuela e Equador dificultassem a assinatura do tratado de constituição da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Durante o discurso de abertura do encontro, em Brasília, Lula por três vezes fez referências à crise entre os países. Não citou nomes dos presidentes tampouco das nações, mas pregou a paz.

"Os contenciosos atuais, mesmo que revestidos de dramaticidade, são passageiros. Não devem se sobrepor [à união]", disse Lula. Ele afirmou ainda que "a instabilidade que alguns pretendem ver em nosso continente é sinal de vida, especialmente vida política". Para ele, "não há democracia sem povo nas ruas".

Antes do encontro, Lula tentou apaziguar a crise. Foi ao hotel onde todos os presidentes se hospedaram -exceto Álvaro Uribe (Colômbia). Num café da manhã com os presidentes do Equador, Rafael Correa, e da Venezuela, Hugo Chávez, Lula pediu para que as divergências não fossem a tônica da reunião.

Por unanimidade, os presidentes assinaram o acordo, mas Lula não conseguiu minimizar as divergências. Rafael Correa afirmou que não há perspectivas de retomada das relações diplomáticas com a Colômbia, rompida desde março, quando o Exército colombiano atacou acampamento das Farc em território equatoriano.

"É uma situação muito deplorável. É uma situação crítica, eu diria", disse Correa, que acusa o governo colombiano de fazer uma campanha midiática contra o Equador. Segundo ele, as relações só serão retomadas quando forem suspensas as acusações do país vizinho. Uribe disse estar disposto a dialogar sobre todos os temas.

Mas criticou Correa: "Essas reuniões são importantes para se dizer tudo e não para silenciar e, depois, falar à imprensa". Após o encontro, Lula ainda tentou amenizar as diferenças pregando soberania dos países da América do Sul: "O fato de termos assinado um tratado não vai obrigar nenhum país a abrir mão do estado nacional, de suas decisões específicas, dos acordos bilaterais. Queremos construir política de consenso que permita para fazermos aquilo que sozinhos não temos condições de fazê-lo". **(FO)** \*Colaborou **CLÁUDIO DANTAS SEQUEIRA**, enviado especial a Brasília

## **Congressistas atacam decisão do Itamaraty – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2008**

A decisão do Itamaraty de garantir o funcionamento da Unasul sem aprovação legislativa irritou membros do Congresso Nacional. A medida foi considerada por muitos congressistas como um ato de arbitrariedade que pode comprometer o futuro do bloco regional.

"É um absurdo. Significa passar por cima do Congresso Nacional e do Congresso do Mercosul", disse o vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A Folha revelou ontem que o Itamaraty acrescentou no documento final da cúpula da Unasul uma espécie de "medida provisória" da integração. O artigo permitirá que a Secretaria Geral da nova organização, com sede em Quito, funcione mesmo antes que os Legislativos dos países membros deliberem sobre o tema. "Parece que a moda de medida provisória está pegando. Isso é uma diminuição do poder legislativo", alertou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Segundo a Folha apurou, a medida foi uma resposta do chanceler Celso Amorim à demora do Congresso Nacional para aprovar acordos internacionais. Questionado sobre a polêmica, o presidente Lula preferiu não responder.

## **Órgão já nasce burocratizado, afirma Correa – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – 24/05/2008**

Para o presidente do Equador, Rafael Correa, 45, a Unasul já nasce "burocratizada". "E temo que o mesmo aconteça com o Mercosul", disse à **Folha** antes de tomar café da manhã com os presidentes Lula, Hugo Chávez e Evo Morales. A Secretaria Geral da Unasul ficará na capital do Equador, Quito.

***FOLHA - O ex-presidente do Equador Rodrigo Borja deixou a Secretaria Geral da Unasul reclamando de divergências. A Unasul nasce esvaziada?***

**RAFAEL CORREA** - Compartilho com a visão de Borja, [a Unasul] será um fórum a mais e podemos não solucionar a expectativa [de integração]. Os estatutos não recorrem às decisões dos presidentes de fazer uma integração rápida e efetiva. Com estrutura insuficiente, não vai funcionar. Ela nasce burocratizada. É preciso uma secretaria forte, com equipe permanente. [Sem isso], não vamos nos inteirar sobre o que se passa.

***FOLHA - Como maior economia da região, o Brasil tem feito o seu papel pela integração?***

**CORREA** - O Brasil sempre teve atitude integracionista, mas temo que o Mercosul se burocratize. Talvez o maior inimigo da integração sul-americana seja a burocracia.

**FOLHA** - *Para o senhor, o Equador é vítima do conflito interno colombiano. O relatório da Interpol [dizendo não ter havido alteração nos arquivos do computador encontrado com um líder das Farc] não invalida esse discurso?*

**CORREA** - De nenhuma maneira. O dilema é: acreditamos ou não nas Farc? Se Uribe acredita, temos que acreditar em tudo que dizem sobre ele. Para cada documentinho desse há 20 acusando Uribe. Se não o crê, como foi tão irresponsável por fazer tremendo escândalo e atirar tanta lama no ventilador? Entregamos todos os documentos à OEA, também aos sistemas de controle do Equador e à oposição, para que verifiquem e digam ao mundo se temos algo a ver com as Farc. Nossa única relação é humanitária. O resto é tramóia montada para tentar justificar o injustificável -a agressão a um país.

**FOLHA** - *O sr. admite a hipótese de algum membro do governo ter usado seu nome para se reunir com as Farc?*

**CORREA** - Não posso dizer isso, mas lhe asseguro que durante a campanha, ou em toda minha vida, jamais tive relação com as Farc. Nem sequer conheço alguém das Farc. O governo jamais pretendeu ter relações políticas ou contatos, a não ser nas questões humanitárias, para a liberação de reféns.

**FOLHA** - *As relações entre Equador e Colômbia estão rompidas desde março. Houve um ensaio de reaproximação no Grupo do Rio e só. Qual a condição para a retomada?*

**CORREA** - Um gesto de boa vontade. [A Colômbia] seguiu com uma campanha de desprestígio para desviar os problemas internos que tem, narcopolíticos e parapolíticos. Há uma estratégia deliberada de envolver [países] no conflito.

**FOLHA** - *É viável a criação de um Conselho de Defesa?*

**CORREA** - Enquanto não desenvolvermos uma absoluta confiança mútua e nenhum país atacar mais o outro e desestabilizar a região, é necessário a criação de uma força real, coercitiva, que mantenha a estabilidade. O conselho é muito importante, pertinente e eu diria até urgente.

**A União de Nações Sul-Americanas, criada em reunião de cúpula anteontem, tem sentido puramente retórico**

NÃO BASTASSE o hábito de recorrer abusivamente a medidas provisórias na política nacional, o governo Lula parece disposto a exportar o modelo para o contexto sul-americano.

Seria difícil argumentar, usando os termos que justificam a emissão de MPs, que é "urgente" ou mesmo "relevante" a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), vaga entidade internacional que acaba de vir ao mundo em reunião de cúpula realizada na última sexta-feira, em Brasília.

Ainda assim, o Brasil julgou importante incluir no documento final do encontro um artigo segundo o qual a nova organização começa a funcionar imediatamente, mesmo sem ter o aval dos Legislativos de seus países-membros. "Funcionar", no caso, é apenas força de expressão.

Antes mesmo de instituída oficialmente, a Unasul já perdera seu secretário-geral, o equatoriano Rodrigo Borja, que critica a estrutura da entidade.

Trata-se, segundo Borja, mais de uma "estrutura de fórum" do que de uma "instituição orgânica". Já o ministro Celso Amorim prefere caracterizá-la com nebuloso otimismo diplomático: "uma institucionalidade está sendo criada", declarou.

Há, sem dúvida, o efeito simbólico de enaltecer-se o objetivo da unidade entre os países sul-americanos e a intenção de acenar com alguma autonomia regional perante a OEA (Organização dos Estados Americanos), cujo pecado, para um certo nacionalismo, é o de contar com a presença dos Estados Unidos.

A reunião de Brasília ocorre, de qualquer modo, num momento em que esse ideal sul-americano se mostra ao mesmo tempo necessário e de difícil concretização, mesmo que apenas no plano das formalidades institucionais.

Na esfera econômica, o significado da Unasul é dos mais tênues. Países como Peru e Chile têm acordos de livre-comércio com os Estados Unidos, o que dificulta a idéia de constituir um bloco sul-americano capaz de atuar de modo consistente.

Na questão da segurança, acumulam-se dificuldades ainda maiores. A criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, inicialmente prevista para a reunião desta sexta-feira, foi adiada, optando-se por criar um grupo de trabalho encarregado de analisá-la nos próximos 90 dias.

Não chega a ser uma má notícia, dada a superfluidade da iniciativa; no caso em que a colaboração entre países sul-americanos se mostra mais premente, o do combate ao

narcoterrorismo, não há perspectivas de acordo entre os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Alvaro Uribe, da Colômbia. Este já se manifestou contrário ao Conselho, que de resto viria superpor-se a uma quantidade de outros organismos já existentes.

Feitas as contas, o resultado da cúpula é próximo de zero. A não ser, claro, que se considere o modelo de legislar por medidas provisórias uma contribuição valiosa que o governo brasileiro tem a oferecer para os padrões da democracia no continente.

### **Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008**

BERLIM. O Brasil será um dos beneficiados pela reforma agrícola que a União Européia (UE) pretende implantar até 2012, na avaliação de representantes da missão brasileira em Bruxelas, capital oficial do bloco. Entre as mudanças propostas, está o corte de até 22% dos subsídios a produtores, que limitam a competitividade das exportações brasileiras. O tema será discutido a partir de hoje pelos ministros da Agricultura dos 27 países da UE, reunidos em Brdo, na Eslovênia.

O encontro será encerrado na terça-feira.

— O Brasil poderá aumentar as exportações de carne e de óleos para a produção de biodiesel — disse um representante da missão brasileira.

O projeto foi proposto na semana passada pela comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel. Pela proposta, os subsídios à produção nacional das 27 nações serão reduzidos em 13%, em média. No caso das grandes propriedades agrícolas, o corte será de até 22%. As medidas ainda dependem da aprovação dos governos.

Todos os anos, a UE destina C 50 bilhões a subsídios agrícolas, ou 40% do seu orçamento, o que vem gerando críticas de países exportadores para o bloco e organismos internacionais. O relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas, o belga Olivier de Schutter, é um dos críticos mais vorazes, por acreditar que “os subsídios arruinam a economia agrícola dos países em desenvolvimento.” — Ainda estamos analisando possíveis efeitos (da reforma), mas, se for mesmo aprovada, trará grandes chances para as exportações brasileiras — disse o representante do Brasil.

Usineiros abrem escritório em Bruxelas

No Brasil, há expectativas em torno do projeto. A União da Indústria Açucareira (Unica), uma das maiores produtoras de etanol do país, já abriu um escritório em Bruxelas para acompanhar as mudanças. No ano passado, o Brasil exportou 500 mil metros cúbicos de etanol para a Europa (C 0,30 por litro). De cada C 0,30, C 0,19 é cobrado como taxa de importação, o que resulta em um aumento de preço de 70%.

— Uma redução da taxa teria para o Brasil um efeito muito mais promissor do que a redução dos subsídios na UE — disse o funcionário da missão.

Estão previstas mudanças na mistura de álcool à gasolina usada pelos veículos do bloco. Hoje, essa mistura é de 2% e pode ir a 10% a partir de 2020.

Quanto ao biodiesel, a Europa está mais adiantada que o Brasil.

A Alemanha é o principal produtor do mundo. Há no país tanques que são especializados no abastecimento de automóveis e caminhões.

— A Alemanha é pioneira na produção de biodiesel, mas o Brasil é altamente competitivo na produção de óleos. Com a redução dos subsídios, o país poderá exportar mais óleos para o biodiesel na Europa — disse a fonte brasileira.

## CORPO A CORPO

### OLIVIER DE SCHUTTER

‘Subsídio destrói os produtores de países pobres’

BERLIM. O novo relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, afirma que os programas de incentivos aos biocombustíveis têm um peso importante, equivalente a cerca de 30%, na explosão dos preços dos alimentos. O belga, que assumiu o cargo há três semanas, diz que os biocombustíveis não são uma solução para o meio ambiente a longo prazo.

O GLOBO: A reforma sugerida pela União Européia (UE) ajudará no aumento da produção de alimentos em países em desenvolvimento?

OLIVIER DE SCHUTTER: Espero que a proposta tenha um efeito positivo nas discussões das próximas semanas na rodada de negociação de desenvolvimento de Doha. A redução não é bastante, mas a UE não é a única que pode ser criticada pelos subsídios.

Países como Japão, Coreia do Sul e EUA, juntos, gastam US\$ 324 bilhões por ano em subsídios agrícolas. Isso destrói as chances dos produtores dos países em desenvolvimento. Uma redução (dos subsídios) aumentaria as chances dos produtores dos países em desenvolvimento.

A crise dos alimentos é passageira?

SCHUTTER: Eu diria que é de médio prazo e que foi causada por diversos fatores. Problemas nos principais países produtores, especulação, mas também produção crescente de biocombustíveis.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU se reuniu semana passada para discutir a crise. Quais foram as principais conclusões?

SCHUTTER: A principal foi a necessidade de uma ação mundial para facilitar o acesso dos países pobres aos alimentos. Foi criticado também o aumento da produção de biocombustíveis.

Eu propus um congelamento dos novos investimentos (em programas de biocombustíveis) e que a UE cancelasse a meta de adição de 10% do etanol à gasolina até 2020.

Seu antecessor no cargo, Jean Ziegler, disse que a crise atual é um genocídio moderno. O senhor concorda com ele?

SCHUTTER: Trata-se de um exagero. Mas o que ele queria dizer é que a crise tem efeitos dramáticos para os países do Terceiro Mundo.

Devemos admitir que é uma crise global, que só pode ser resolvida com um esforço global. Os biocombustíveis são a causa principal da explosão dos preços dos alimentos?

SCHUTTER: São uma das causas mais importantes.

Calculo que 30% do aumento dos preços dos alimentos são devido aos biocombustíveis. É um fator muito significativo.

Por que o senhor critica o programa de biocombustíveis brasileiro?

SCHUTTER: Não critico o programa porque é importante, traz empregos. Defendo um congelamento dos investimentos, mas isso não é a abolição do projeto.

A contribuição do etanol para a redução do efeito estufa não é importante?

SCHUTTER: O efeito ecológico não é positivo.

Para a produção de agrocombustível, como prefiro chamar, é necessária uma grande quantidade de energia, o que reduz seu efeito positivo. Além disso, as florestas são destruídas. Hoje o Brasil destrói a Floresta Amazônica. (Graça Magalhães-Ruether)

**Negociações travadas – Folha de São Paulo – Opinião – 26/05/2008**

**Resistência dos países ricos em limitar subsídios e tarifas sobre produtos agrícolas dificulta acordo multilateral de comércio**

AINDA QUE lentamente, a OMC (Organização Mundial do Comércio) está avançando nas negociações da Rodada Doha, de liberalização comercial.

No âmbito dos produtos industriais, houve duas novidades. A primeira foi a aceitação em princípio de maior flexibilidade para proteger setores vulneráveis, que vinha sendo reclamada por países em desenvolvimento. A segunda abriu a possibilidade de as tarifas industriais dos países ricos serem limitadas a 7%.

Na discussão de produtos agrícolas, Brasil, EUA, União Européia, Japão, Austrália e Índia acordaram um novo método para calcular a expansão de cotas para produtos "sensíveis". Para o Itamaraty, o texto revisto é "mais completo e detalhado que a versão anterior".

A despeito desses possíveis avanços nas negociações, persistem grandes dificuldades para um acordo final, dada a resistência dos países desenvolvidos em limitar os subsídios às exportações e as tarifas sobre os produtos agropecuários, que dificultam o aumento da produção de alimentos nos países pobres.

A resistência se explicitou, mais uma vez, duas semanas atrás, na aprovação da nova lei agrícola pelo Congresso norte-americano. O novo diploma eleva o total de subsídios governamentais ao setor, mantém por mais dois anos a tarifa cobrada ao álcool brasileiro e modifica a distribuição dos incentivos aos produtores locais de biocombustíveis. Os créditos destinados aos produtores de álcool à base de milho cairão em 6 centavos de dólar por galão. A diferença, estimada em US\$ 403 milhões, será destinada aos produtores de álcool de celulose.

A nova lei foi vetada pelo presidente Bush na quarta-feira passada, mas o Congresso sinalizou que derrubará o veto. Dessa forma, o Legislativo norte-americano emite sinais aos negociadores da OMC de que parece pouco disposto a aceitar um acordo que envolva a redução dos subsídios agrícolas e da proteção tarifária dos seus produtores. O mesmo pode ser dito da União Européia. Embora tenha assumido a meta, ambiciosa, de substituir 20% do consumo de combustíveis fósseis por renováveis até 2020, a UE não parece disposta a flexibilizar regras para garantir a oferta de biocombustíveis nos próximos anos.



Ademais, os preços excepcionalmente altos das commodities agrícolas nos mercados internacionais e a necessidade de garantir a segurança alimentar deveriam favorecer a conclusão de um acordo na OMC, com cortes significativos de subsídios e de tarifas agrícolas.

Infelizmente, nem esse ambiente favorável tem permitido o desenho de propostas realistas pelos países ricos. A crise de oferta de alimentos, no entanto, explicitou o papel deletério dos subsídios às exportações agrícolas na produção dos países em desenvolvimento. Eliminá-los é crucial para uma estratégia de longo prazo de aumento da oferta global de alimentos.

### **Comissária da UE afirma que falta equilíbrio em negociação agrícola – O Globo – Economia – 26/05/2008**

MARIBOR, Eslovênia. A comissária da União Europeia (UE) para a Agricultura, Mariann Fischer Boel, recebeu ontem com reservas um texto revisado do setor para um acordo global da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para ela, falta equilíbrio em áreas fundamentais que impedem avanços na negociação. Ela defendeu destinar recursos da Política Agrícola Comum (PAC) à agricultura de países mais pobres.

— Posso ver passos positivos nos anúncios para produtos sensíveis... mas há áreas em que nós estamos mais desapontados — disse Mariann, no início de um encontro informal entre ministros europeus.

Semana passada, foi emitido um texto revisado do setor para negociações da OMC, no mesmo dia em que a proposta de bens industrializados foi publicada.

Os dois documentos devem abrir caminho a um encontro de ministros para um acordo final.

— Queremos um equilíbrio razoável. E eu agora não vejo exatamente um equilíbrio. Nada vai acontecer com a agricultura a não ser que vejamos ser possível um acordo equilibrado — avaliou ela.

Europeus devem fazer gastos moderados, diz comissária Países, desenvolvidos e em desenvolvimento, podem proteger produtos do corte de impostos ao declará-los sensíveis — detalhe que pode determinar os maiores ganhos da Rodada de Doha a exportadores como Austrália e Uruguai. Produtos sensíveis recebem menor corte nos impostos, mas os países devem expandir o volume de cotas para importar com tarifas menores.

Mariann assegurou ser possível, no fim dos exercícios de 2008 e 2009, ter uma economia com a política agrícola, porque os países não devem gastar o recurso previsto para produtores.

Ela é a favor de passar dinheiro de “agricultura para agricultura”, transferindo fundos não gastos do PAC em microcrédito em países pobres para compra de fertilizantes.

Para Mariann, os membros da UE devem ser “moderados” com os gastos. Ela disse que a UE não vai igualar a competitividade de alimentos com o Brasil. A UE vai propor em julho revisão no sistema de ajuda para distribuição gratuita de alimentos aos mais pobres da região

## **EUA e UE atacam proteção para indústrias do Mercosul - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/05/2008**

O confronto entre o Brasil, Estados Unidos e União Européia (UE) na negociação de produtos industriais reforça a possibilidade de mais um fiasco na Rodada Doha nas próximas semanas. Os mediadores das negociações agrícola e industrial convocaram os 151 países para intensas negociações de hoje até domingo, na Organização Mundial do Comércio (OMC), com base nos textos de compromisso que divulgaram na semana passada. A idéia é pavimentar o terreno para os ministros se reunirem em junho e fazerem as barganhas finais entre os dois setores para fechar um acordo.

Mas negociadores dos EUA e da UE começaram a advertir que a inclusão de propostas de flexibilidade para o Mercosul proteger setores industriais, se aceitas, tornarão "muito mais difíceis" para Washington e Bruxelas apoiarem um acordo. O Brasil foi incisivo em sua resposta: "Sem esse dispositivo, é uma garantia de que não terá acordo", retrucou o principal negociador comercial brasileiro, embaixador Roberto Azevedo. Grupos industriais dos EUA e da UE elevaram a voz contra o tamanho das flexibilidades para países em desenvolvimento, mas alvejando, sobretudo, o Mercosul.

O texto do mediador industrial, Don Stephenson, prevê que países em desenvolvimento que integram uniões aduaneiras possam excluir o comércio entre seus membros do cálculo do valor de importações que vai determinar o tamanho da flexibilidade (se o corte acertado for de 60%, certos setores terão redução tarifária de apenas 30%). Para Washington e Bruxelas, o cálculo para as uniões aduaneiras permitirá, no caso do Mercosul, que o Brasil e a Argentina reduzam substancialmente a abertura de seus mercados para produtos industriais.

A influente "newsletter" BNA, de Washington, publica uma estimativa que circula entre os americanos. Por exemplo, se o Brasil optar pelo coeficiente 19-21 (significa corte por volta de 60% nas tarifas) e excluir linhas tarifárias representando 17% das importações, a flexibilidade para o país aumentaria para até 20% de suas linhas tarifárias industriais. No caso da Argentina, a exclusão seria ainda maior, de 32% fora da liberalização.

Para o Brasil, porém, essas cifras são completamente falsas. Foram apresentadas numa videoconferência pelo embaixador americano junto à OMC, Peter Allgeier. Quando o Brasil reagiu, alguns assessores americanos teriam admitido que não estavam seguros de suas conclusões. O embaixador Azevedo diz que os cálculos que Washington defende levariam o Brasil a excluir menos da metade do que o texto industrial está propondo, ou seja, menos de 7% das linhas tarifárias.

Isso porque os países industrializados tentam forçar os do Mercosul a assumir compromisso como parte de uma união aduaneira, mas querem que calculem de forma isolada o valor de comércio para aplicar a proteção para suas indústrias. Significa que a margem de manobra para cada país, com setores diferentes para proteger, diminui bastante.

Se o Brasil designar papel de impressora como linha tarifária a proteger, mas a Argentina, Uruguai e Paraguai não escolherem esse produto e já tiverem esgotado sua margem de exceções, é o corte geral na Tarifa Externa Comum (TEC) que vai predominar - ou seja, o corte maior. "O que querem do Mercosul é completamente assimétrico, desproporcional e não aceitaremos essa discriminação", avisou o representante brasileiro.

Para negociadores brasileiros, os EUA e a UE querem de fato é arrancar moeda de troca na área industrial, como acordos setoriais (acelerar a liberalização em determinados setores, como químicos ou equipamentos). Para o Brasil e a Argentina, porém, os ganhos na

área agrícola, como redução de subsídios e de tarifas, já estão ocorrendo na atual crise alimentar. E não vêm por que, nesse cenário, pagar mais na área industrial.

Já na negociação agrícola, o Brasil quer pressionar para o texto de compromisso não perder a ambição liberalizante. Considera que, como está escrito, o documento abre exceção em cada parágrafo para atender aos mais diferentes interesses protecionistas. Na semana passada, depois de ter divulgado seu texto de compromisso, o mediador industrial foi indagado se estava confiante, otimista ou esperançoso sobre a Rodada Doha. "Estou desesperado", respondeu. Nesta semana, ele poderá ter mais razões para esse estado de espírito.

### **Importação ameaça setores intensivos em tecnologia, aponta estudo do BNDES - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 26/05/2008**

As indústrias de produtos eletrônicos, instrumentos médicos e de automação estão na mira do governo. Um estudo realizado pelo BNDES indica que essas são as áreas que mais sofrem a concorrência de importados e podem sucumbir a um processo de desindustrialização no longo prazo, caso não sejam realizados investimentos para a modernização e o aumento da capacidade instalada dos seus parques industriais.

Conforme o estudo, setores intensivos em engenharia e tecnologia, que incluem máquinas e equipamentos, complexo eletrônico e automação industrial, responderam por 60% do aumento das importações no período de 2004 a 2007, quando a participação de importados no consumo passou de 15,4% para 20,3%. Os setores intensivos em escala, onde se insere a indústria química, responderam por 28% do aumento do coeficiente de importação.

Entre 2004 e 2007, o complexo eletrônico, por exemplo, apresentou aumento anual de 26,4% nas importações e de 12% na produção, para atender a uma elevação no consumo de 16,9%. Na área de instrumentação médica e de automação industrial, as importações registraram incremento de 35,1% ao ano, muito superior ao aumento médio de 6% na produção. No período, o consumo aparente no país cresceu 21,2% por ano.

"O consumo de itens que têm dependência maior de importados cresceu. Não é um processo exclusivo do Brasil", afirma Fernando Puga, assessor da presidência do BNDES. Ele observa que esses setores normalmente registram saltos de crescimento no períodos em que há aumento da renda das famílias e da oferta de crédito. "Não é que haja um processo de desindustrialização. A produção no país se mantém mais ou menos no mesmo patamar de dez anos atrás. Como o consumo cresce, a participação de importados aumenta."

Para Puga, o coeficiente de importação deve apresentar mais elevações, mas em patamares inferiores aos verificados nos últimos dois anos. "Também houve aumento das importações de máquinas, que puxam o aumento da capacidade das indústrias e ajudam a reduzir a dependência de importados no longo prazo."

O segmento de máquinas e equipamentos registrou no período de 2004 a 2007 elevação anual de 11,1% no consumo, com incremento de 8,8% ao ano na produção e de 19,8% nas importações. Fernando Sarti, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) também considera positivo o aumento das importações com crescimento do nível de atividade, ainda que este último ocorra em escala menor. "Não é preciso internalizar todos os segmentos. Mas no setores que já têm parque

industrial no país e que não têm capacidade de atender à demanda, nesses é importante estimular investimentos", afirma. Sarti cita os setores de autopeças, químico e de produtos eletrônicos como os que necessitam investimentos para ganharem competitividade.

Júlio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), alerta para o risco de "esvaziamento da produção". "A indústria de bens de capital está ficando oca, como a de eletrônicos. Os setores importam partes e peças para produzir máquinas e equipamentos. A produção cresce, mas o valor agregado, não. Esse movimento também ocorre em outros setores, mas agora não se sente porque o país passa por um crescimento vigoroso", avalia Almeida.

Puga, do BNDES, pondera que investimentos em máquinas e equipamentos e na cadeia automotiva devem levar a um aumento da capacidade instalada e a uma menor dependência de importados no longo prazo. No setor químico, a preocupação recai principalmente sobre a área de fertilizantes, que tem grande peso nas importações. De acordo com o estudo do BNDES, as importações do setor cresceram 10,4% ao ano desde 2004, enquanto a produção nacional, 2,6%. "Os novos investimentos da Petrobras em gás natural permitirão o incremento da produção", afirma Puga.

**Política de boa vizinhança** – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2008

**BRASÍLIA** - Enquanto setores do Primeiro Mundo assumem desavergonhadamente que cobiçam a Amazônia, o Brasil se une aos vizinhos da América do Sul na Unasul. Um movimento é de ataque, e o outro, de defesa. Logo, legítimo. Como se seguissem um padrão -ou seria padrão?-, os governos sul-americanos caminharam juntos em aventuras populistas, ditaduras militares, ondas neoliberais, mas seus povos desconheciam-se uns aos outros. Mal se liam, não se visitavam e até hoje é mais fácil voar do Amazonas, do Ceará, da Bahia ou de qualquer outro Estado para a Europa ou para os EUA do que para Venezuela, Colômbia, Bolívia.

O Brasil é uma ilha de língua portuguesa num oceano de língua hispânica, mas, geração após geração, as elites brasileiras estudaram francês, inglês e até latim, suspiraram em Paris e deslumbraram-se nos shows da Broadway, sem saber qual é e onde é a capital do Peru. O que o brasileiro sabia da Venezuela quando estourou o fenômeno Chávez? Nada. Com esse grau de distanciamento, os países e suas riquezas, amazônicas ou não, são alvos fáceis. Daí, a Unasul tem tudo a ver. Não se esperem resultados "concretos" rapidamente, muito menos moeda única, banco central válido para todos e um conselho de segurança comum da noite para o dia, como Lula dá a entender, do alto de seu otimismo embalado a índices estonteantes de popularidade. Olhe-se o processo. A Unasul é uma manifestação política, uma busca de identidade e de união. E sem alternativa.

Os destinos dos países sul-americanos -assim como suas crises- estão intrincados uns nos outros. Especialmente num mundo dito globalizado, cada vez mais formatado em grandes e desafiantes blocos. Quem perder esse trem não vai poder chorar as pitangas e as jabuticabas quando, e se, o fantasma da internacionalização da Amazônia tentar se materializar. \*[elianec@uol.com.br](mailto:elianec@uol.com.br)

**Unasul é realização de sonho e vitória contra cétricos, diz Lula** – Folha de São Paulo – Brasil – 27/05/2008

Em seu programa semanal de rádio, o presidente Lula disse que a criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) foi a "realização de um sonho" e uma vitória contra os "cétricos" e quem não acredita "em nada".

"Eu acho que nós vamos vencendo as barreiras e vamos vencendo também os cétricos, as pessoas que não acreditam em nada. É importante a gente lembrar o que era a América do Sul poucos anos atrás, e o que ela é agora", afirmou, no programa "Café com o Presidente".

"Isso vai facilitar que a gente negocie com outros blocos em conjunto, que, com o estabelecimento do tratado e da confiança mútua entre nós, possamos fazer mais obras de integração, mais ferrovias, mais rodovias, mais pontes, mais linhas de transmissão. Na verdade, acho que foi a realização de um sonho", disse.

Lula também falou sobre a criação de um banco central único no continente, além de uma moeda comum aos países. "Vamos caminhar para, no futuro, termos um banco central único, para ter moeda única", afirmou.

**França diz que maioria da UE considera desequilibrada proposta para Rodada Doha** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/05/2008

O governo francês afirmou que a maioria dos 27 países da UE (União Européia) considera desequilibradas as propostas apresentadas na semana passada para o avanço da Rodada Doha (de liberalização do comércio mundial). A afirmação, no entanto, foi contestada pelo comissário de Comércio europeu, Peter Mandelson.

A secretária do Comércio da França, Anne-Marie Idrac, disse que há uma série de dúvidas sobre as propostas para a agricultura e que, para os franceses, "não há nenhuma melhora no acesso aos mercados dos países emergentes para os bens industriais" do país. Para ela, as novas propostas da OMC (Organização Mundial do Comércio) são "menos ambiciosas e equilibradas do que nunca".

As reclamações francesas também foram acompanhadas pela Irlanda, que criticou o desejo já manifestado por Susan Schwab, a negociadora norte-americana, de que as negociações para a conclusão da rodada terminem ainda no mandato do presidente George W. Bush, que se encerra no começo do ano que vem.

"O nosso ponto de vista é que você precisa de substância. Não é apenas completar isso porque restam seis meses para a Presidência dos Estados Unidos", disse o chanceler

Micheál Martin, que afirmou que a proposta atual é "inaceitável" para a Irlanda e para outros países. Uma das preocupações irlandesas é com o impacto do acordo na sua indústria de carne.

Porém, Mandelson disse, após uma reunião com os ministros das Relações Exteriores da UE, que apenas "uma minoria muito pequena" considera que não há condições para a conclusão das negociações. "Em sua maioria, a posição dos países foi a de que devemos continuar negociando duro para conseguirmos um resultado equilibrado na rodada."

Uma autoridade do bloco que pediu para que a sua identidade não fosse revelada afirmou que França, Polônia e Irlanda e, em menor proporção, Lituânia são contra a proposta. Reino Unido e Suécia têm se mostrado mais favoráveis. Os demais, segundo eles, demonstram preocupações, mas "ninguém pediu para o texto ser recusado".

O Brasil, em nome do G20 (grupo de países em desenvolvimento), disse que a proposta para a agricultura "é uma boa base para construir", mas que os países industrializados devem reduzir os subsídios. *\*Com agências internacionais*

#### **Formação de redes de economia solidária é uma das pautas de reunião do Mercosul – Adriana Scorza -Sítio Eletrônico do MDS – 27/05/2008**

Representantes dos quatro países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) estão reunidos na capital da Argentina, Buenos Aires, desde segunda-feira (26/05), para dar continuidade às tarefas acordadas na última reunião do Projeto Economia Social para a Integração Regional, realizada em outubro de 2007. Até a próxima quinta-feira (29) serão apresentadas as considerações técnicas e a previsão orçamentária para a execução das atividades propostas na última reunião. Também está prevista a apresentação da versão final do projeto ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), participa do encontro o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Crispim Moreira. Ele apresentará projeto com foco em economia solidária, expressão mais frequentemente usada no Brasil para economia social. O MDS possui mais de 60 convênios que apóiam empreendimentos econômicos solidários, como feiras, agroindústrias e cooperativas de comercialização de alimentos.

O Projeto Economia Social, que foi proposto pela Argentina para ser desenvolvido conjuntamente pelos países membros do Mercosul, é voltado ao fortalecimento e integração regional para a comercialização de produtos da economia solidária, tendo como maior objetivo o fomento da inclusão social a partir da geração de emprego e do aumento do valor agregado e comercialização de bens e serviços.

A proposta é visar o fortalecimento sócio-produtivo dos empreendimentos; a criação e gestão de Centros Promotores da Comercialização (CPCs); e a assistência técnica, monitoramento e avaliação.

Os participantes do encontro em Buenos Aires discutirão também a possibilidade de consolidar 100 unidades produtivas nas regiões de fronteira dos países do Mercosul, com enfoque na formação de redes de economia solidária com microempreendimentos e cooperativas. O projeto inclui ainda a realização de estudos de mercado, o que permitirá a expansão do conhecimento do mercado regional e de suas potencialidades, de modo a fortalecer e incentivar o desenvolvimento local e a vinculação microrregional.

**Focem** – O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul foi estabelecido por decisão do Conselho do Mercado Comum. Seu objetivo é financiar programas para promover a convergência estrutural no Mercosul; promover a coesão social, em particular nas regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento institucional e o processo de integração.

### **SERVIÇO**

*Reunião do Projeto Economia Social para a Integração Regional – Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

**Data:** 26 a 29 de maio de 2008 (segunda a quinta-feira)

**Local:** Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais – Avenida Júlio A. Roca 782 – Buenos Aires – Argentina

**A extemporânea Unasul já nasce com divisões** – Valor Econômico – Opinião – Editorial  
- 27/05/2008

A União das Nações Sul-Americanas nasce com o Mercosul politicamente estagnado e a Comunidade Andina em frangalhos, quase às voltas com uma guerra entre vizinhos. Nestas condições, é bastante claro que se trata de uma iniciativa em que a vontade suplanta a realidade e que estará condenada ao marasmo. Há inegáveis vantagens em buscar uma integração política e econômica do continente, desde que ela não seja fruto de artificialismos como os que deram origem à Unasul.

Politicamente, a América do Sul vive momentos de razoável instabilidade, patrocinada por governos democraticamente eleitos que tentam escapar dos mecanismos democráticos de controle e decisão, como os de Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia e Rafael Correa, no Equador ou até mesmo o de Álvaro Uribe, empenhado em uma terceira reeleição, quando a Constituição de seu país não permite sequer uma. A belicosidade entre os "bolivarianos" Chávez e Correa para com o colombiano Uribe levou os dois países à beira de um conflito armado há pouco. Tão grave quanto a iminência de uma guerra foram as revelações obtidas por meio da apreensão do computador de Raúl Reyes, um dos líderes das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas mortos durante uma incursão de tropas em território venezuelano. Sua autenticidade foi comprovada pela Interpol - o que não indica que os fatos ali apontados sejam verdadeiros. Eles indicam que o governo venezuelano teria financiado compra de armas para as Farc e sugerem relacionamento constante de membros do governo de Chávez e de Correa com a guerrilha colombiana.

As Farc são um divisor de águas político na região, que precisa ser ultrapassado para que qualquer idéia de integração possa prosperar. Uribe exigiu, para se comprometer com a criação de um Conselho de Defesa da região, que a guerrilha fosse considerada um

grupo terrorista, definição que é claramente rejeitada pelos chavistas e da qual o governo brasileiro foge sempre que pode. O próprio Conselho de Defesa, adiado, é um delírio burocrático ou coisa pior. Não há inimigo externo a combater, enquanto que a ameaça maior é de um choque entre países vizinhos com objetivos territoriais e políticos incompatíveis. O combate à força desestabilizadora do narcotráfico teria de ser um objetivo comum dos governos. Não é.

Em termos econômicos, as perspectivas de integração estão igualmente longínquas. A adesão de Chávez ao Mercosul foi feita às pressas, enfrenta oposição e ainda não se consumou. Uma vez consumada, tem tudo para acirrar ainda mais as divergências que paralisam o bloco quase que desde sua criação. Há contestação do Mercosul por parte dos sócios menores, como o Uruguai de Tabaré Vázquez, que agora ganhará maior dinamismo com a eleição de Fernando Lugo no Paraguai. Há atritos entre os dois sócios maiores, como Argentina e Brasil. E há atritos entre sócios maiores e menores, como o da Argentina com o Uruguai na questão da operação de papeleiras na fronteira com a Argentina - e as tentativas seguidas do governo uruguaio de se bandear para o lado dos Estados Unidos, com os quais assinaram um acordo de investimentos.

Buscar integrar os países da Comunidade Andina não garantirá mais coesão econômica ao Mercosul - talvez ocorra o contrário. Peru e Colômbia têm acordos de livre comércio com os EUA e o Chile tem uma vasta coleção de acordos comerciais bilaterais. Nenhum desses três países têm entre seus principais interesses amarrar-se ao Mercosul, embora possam com ele nutrir interesses circunstanciais. Onde há interesse comum - a integração energética -, é onde há maior divergência política. A Bolívia nacionalizou petróleo e gás, Correa e Chávez têm estes setores sob controle e a Argentina, que precisa desesperadamente de energia, tenta obtê-la às custas do fornecimento ao Brasil.

A solidificação de laços econômicos poderia abrir caminho para uma aproximação política frutífera dos países sul-americanos. Uma das prioridades dos governos deveria ser, em vez de construir instituições de cúpula artificiais, o de promover o fortalecimento dos blocos regionais de comércio. Por meio deles, pode-se avançar na consolidação gradual de instituições políticas que, mais adiante, propiciariam a integração de fato. A criação extemporânea da Unasul não é o caminho para isso.

## **EUA CRITICAM EMERGENTES NA RODADA DOHA** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2008

Sem citar países, a negociadora americana na Rodada Doha, Susan Schwab, criticou as nações em desenvolvimento mais avançado nas negociações do acordo de liberalização do comércio. Para Schwab, eles se comportam como "elefantes atrás de ratos", defendendo seus próprios interesses ao falar que apóiam países menores.



O Conselho Sul-Americano de Defesa pode aspirar a um lugar de honra nos manuais de relações internacionais, como caso exemplar para estudo de uma política externa emparedada entre o imperativo do interesse nacional e os delírios ideológicos de uma esquerda que não aprende nada.

Numa declaração contaminada pelo cinismo, Lula registrou que “dos 12 países, apenas a Colômbia colocou objeção”.

Não seria porque, em seu esforço para derrotar as Farc, o Estado colombiano conta com o apoio dos EUA mas enfrenta a hostilidade explícita da Venezuela e do Equador? O interesse nacional brasileiro consiste em promover a estabilidade no entorno sul-americano. A Organização dos Estados Americanos (OEA), atravessada pela disparidade de poder entre os EUA e os demais Estados, não deveria ser um obstáculo para a constituição de um órgão de segurança regional na América do Sul. Mas um órgão assim só pode existir com base no respeito à soberania dos Estados democráticos da região. Como pretender que a Colômbia se incorpore a um Conselho de Defesa incapaz de pronunciar uma condenação das Farc? Politicamente, as Farc morreram quando, numa seqüência de ações terroristas, destruíram o processo de paz impulsionado pelo ex-presidente Andrés Pastrana entre 1998 e 2002. A eleição de Alvaro Uribe, sobre a plataforma de derrotar militarmente a guerrilha, representou uma decisão nacional. O governo Uribe prometeu dismantelar os grupos paramilitares de direita e está cumprindo o compromisso.

Os golpes assestados pelo exército eliminaram a capacidade de combate da guerrilha e a promessa de liberdade para os guerrilheiros que renunciarem às armas provoca fraturas generalizadas entre os insurgentes.

As Farc só podem ser salvas pela interferência externa.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, crismou as Farc como um “movimento bolivariano” e entregou-se a uma operação de socorro que se utiliza dos reféns como ferramentas involuntárias para chantagear a Colômbia.

A meta do caudilho é intercambiar a liberdade dos reféns pelo reconhecimento das Farc como parte beligerante. Nessa hipótese, o grupo conservaria suas armas e sua liberdade de ação enquanto os colombianos, contra a vontade que exprimiram em duas eleições sucessivas, seriam submetidos novamente a supostas negociações de paz. O entusiasmo chavista pelo Conselho de Defesa só pode ser compreendido à luz do que se passa na selva colombiana.

Na visão estratégica de Chávez, o Conselho de Defesa é o embrião de uma aliança estratégica e de um exército regional destinados a prover segurança contra os EUA. Essa concepção inspira-se nas teses do sociólogo alemão Heinz Dieterich, confidente do presidente venezuelano até o referendo constitucional do ano passado, que imaginou a construção de um “bloco militar de poder latino-americano” sob a liderança do próprio Chávez. Na forma sem conteúdo aventada pelo Brasil, o Conselho de Defesa não tem cérebro nem músculos — será, unicamente, um foro consultivo de debates, algo como uma antecâmara da OEA. Chávez aceita começar com tão pouco, pois a sua prioridade tática é tecer uma articulação regional que isole política e diplomaticamente a Colômbia, propiciando caminhos para evitar a iminente derrota das Farc. A voz do venezuelano já se converteu em uma ordem de comando para os partidos da esquerda stalinista latinoamericana. Na declaração final da reunião do Foro de São Paulo, encerrada

no domingo em Montevideu, está escrito que “introduziu-se na região o conceito de guerra preventiva e aumentou-se a militarização em uma situação inédita comandada pelos EUA, que utiliza o governo da Colômbia como ponte”. O documento, alinhado à operação de salvamento chavista, recomenda “aumentar os esforços para conseguir uma saída negociada para o conflito armado”.

Sob Lula, a política brasileira para a América do Sul perdeu a referência do interesse nacional, tornando-se alvo fácil para a ofensiva dos ideólogos.

O Conselho de Defesa está sendo preenchido com os conteúdos que interessam a Caracas. Pagaremos caro por esse erro.

### **País pode se tornar um dos líderes globais, diz Fiori - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Brasil - 29/05/2008**

A instabilidade econômica americana jogou luz sobre o novo cenário geopolítico que se desenha no mercado global desde o fim da Guerra Fria, em 1991. Nesse cenário, os Estados Unidos ainda têm condições de retomar a liderança, mas terão agora de concorrer com atores que ganham peso na economia global: China e Rússia. Na América do Sul, apenas um país tem potencial para entrar nessa briga: Brasil. Mas, para isso, terá de rever os acordos políticos que mantém, sobretudo com os vizinhos sul-americanos. A avaliação é de José Luís Fiori, professor de economia política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

"Falta ao Brasil coordenação para desenvolver uma estratégia expansiva que integre a América do Sul. Hoje o país é o único da região com condições de desempenhar esse papel de locomotiva da expansão sul-americana", avalia Fiori. Ele observa que o país possui o maior mercado interno, disponibilidade de alimentos, reservas de minério, auto-suficiência energética e potencial para expandir a produção de petróleo, fatores que tornam os outros atores capazes de concorrer pela hegemonia geopolítica no século XXI.

Para tirar melhor proveito desse potencial, porém, o país deveria desenvolver a economia doméstica a ritmo mais acelerado, com crescimentos superiores à média de 5% dos últimos anos. E precisa desenvolver uma política econômica regional - Fiori sugere que os recursos do fundo soberano sejam utilizados, por exemplo, para financiar a expansão econômica dos países vizinhos. "Essa é uma hipótese, mas tenho consciência de que a cultura política de integração não existe na América do Sul", afirma. Além disso, diz, assumir a posição de "locomotiva" significa colocar-se na posição de concorrente dos EUA. "Os governantes atuais não parecem estar dispostos a isso."

Contrariando a visão de alguns economistas, Fiori não vê uma derrocada dos Estados Unidos enquanto ator político com o agravamento da crise imobiliária. "Não considero que exista um colapso do poder americano, mas uma crise de liderança na segunda gestão Bush, que vai provocar um realinhamento, como ocorreu na década de 70 após a guerra do Vietnã", afirma. Ele observa que foi durante a guerra do Vietnã que os EUA reafirmaram a parceria comercial com a China e outros países da Ásia. "O fim da Guerra Fria, que foi uma vitória americana, também trouxe de volta uma Alemanha inteira, que ganha força na Europa."

Outro ator político que se recupera a passos largos e pode disputar uma nova corrida imperialista, segundo Fiori, é a Rússia. O país perdeu regiões de produção de alimentos e de produção de minérios com a desintegração do território após a Guerra Fria, o que gerou uma forte crise interna. Mas desde 2001, multiplicou em seis vezes o seu Produto Interno Bruto (PIB), tendo superando o PIB da Itália, e já detém a terceira maior reserva de moeda estrangeira, depois de China e Japão. Além disso, mantém o segundo maior arsenal atômico do mundo. "O (John) McCain (candidato republicano à sucessão de Bush) já negocia acordo nuclear com a Rússia", lembra.

Na avaliação do economista, a disputa entre esses países estimulou o aquecimento acelerado de suas economias nos últimos anos e provocou recentemente a alta generalizada nos preços de alimentos, petróleo e de commodities minerais. "A pressão competitiva desses gigantes já começa a mostrar seus efeitos na economia global", alerta. Fiori participou do seminário Desenvolvimento: Relações Econômicas Internacionais, realizado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap).

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

